OMR
Observatório do Meio Rural

OBSERVADOR RURAL
Nº 162
Novembro 2025

OCUPAÇÃO, USO E GESTÃO DE RECURSOS NAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO: O CASO DO PARQUE NACIONAL DO GILÉ

Nelson Capaina

O documento de trabalho *(Working Paper) OBSERVADOR RURAL* é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não-periódica acedível em Publicações/*OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente a investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR, e pode incluir trabalhos para publicação propostos por cidadãos externos ao OMR, nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito, o Observatório do Meio Rural, nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento.

OCUPAÇÃO, USO E GESTÃO DE RECURSOS NAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO: O CASO DO PARQUE NACIONAL DO GILÉ

Nelson Capaina

*Estas terras constituem parte importante da nossa fonte de subsistência, mas onde os fiscais da Reserva [*Parque Nacional de Gilé*] me encontrarem, iniciam os limites da área proibida e, então, tenho problemas com eles!!*[1]

RESUMO

O livre acesso aos serviços dos ecossistema em zonas rurais levanta algumas questões, nomeadamente de tomada de decisão e de participação, devido à natureza: *(a)* das interações que ocorrem entre os indivíduos e o ecossistema e *(b)* das instituições que gerem os direitos e deveres das pessoas involvidas. A presente pesquisa tem como objectivo estudar o acesso e uso dos recursos naturais no Parque Nacional do Gilé (PNG) pelas famílias locais nos últimos oito anos (2015-2023). Conforme a literatura consultada, os recursos naturais na zona estudada são importantes para a subsistência das famílias locais, pelo que a sua protecção é vital para a conservação da biodiversidade, enquanto responde as funções social e económica.

A pesquisa conclui que o PNG não teve efeitos significativamente positivos nas condições socioeconómicas dos agregados familiares na zona tampão, porquanto ocorreram actividades socioeconómicas relacionadas e/ou programadas no âmbito do PNG. Os resultados sugerem que foram desenvolvidos instrumentos de apoio à gestão do Parque, mas as famílias locais só cumprem as normas porque estão numa situação em que são impelidas a aceitar. Perante restrições impostas no uso dos recursos naturais pela administração do PNG, as famílias locais adoptaram estratégias de sobrevivência, parte das quais é considerada subversiva à preservação e conservação do ecossistema. Finalmente, as precárias condições de vida das famílias locais, o desigual acesso aos recursos entre as famílias e a desconfiança nas entidades envolvidas na gestão do Parque, constituem algumas das causas estruturais de conflitualidade.

Palavras-chave: Conservação, Parque Nacional de Gilé, Gilé, Pebane

INTRODUÇÃO

As primeiras abordagens sobre a preservação da biodiversidade são do século XIX e estavam focadas exclusivamente na protecção da natureza, sem considerar questões socioeconómicas das comunidades locais. As preocupações com a preservação do ecossistema e a redução da pobreza das populações das zonas onde existem áreas de conservação, e das quais as populações dependem, surgem a partir dos anos 60 do século passado (Admas e MCSahne, 1992; Hillbay, 1961). Entende-se que, além da preservação *in natura*, a área de conservação pode desempenhar funções social, económica e cultural (Gaston *et al*, 2009).

Assim, os projectos de preservação começaram a prestar atenção, não apenas à conservação da Natureza, mas também ao bem-estar das populações locais (Wells e Brandon, 1992). O contacto

[1]. Entrevista a um membro da comunidade, localidade de Malema aos 16.08.2023.

directo das populações locais com o ecossistema, a permanente observação da sua utilização por outros actores não-locais e a dependência das famílias relativamente a esses recursos, tornam as relações de necessidade tanto conservacionista, quanto de sobrevivência (Costa, 2002; Diegues, 1996; Ostrom, 2000); ou seja, não podem existir programas de conservação da natureza sem proporcionar meios de vida alternativos às populações locais (Wells e Brandon, 1992).

No entanto, o uso de ecossistemas locais pelas comunidades para exploração de seus recursos, ao mesmo tempo que ocorre a sua protecção, levanta preocupações sobre a forma de actuação dos actores que "apoiam" as comunidades e como estas reagem ao processo de gestão, em geral. Isto levanta algumas questões, nomeadamente de tomada de decisão e de participação dos membros das comunidades, devido à natureza: *(a)* das interações que ocorrem entre os indivíduos e o ecossistema e *(b)* das instituições que gerem os direitos e deveres das pessoas envolvidas.

A presente pesquisa tem como objectivo estudar o acesso e uso dos recursos naturais no Parque Nacional do Gilé (PNG) por parte das comunidades locais, durante o período de 2015 e 2023. Especificamente, procura-se: *(1)* explicar como o sistema de gestão existente no PNG gera constrangimentos nas comunidades locais; *(2)* descrever as actividades praticadas pelas famílias locais; e *(3)* mostrar como parte dessas actividades e a forma de execução reflectem estratégias adoptadas pelas comunidades para "minimizar os constrangimentos" e beneficiar dos recursos existentes no PNG.

O mesmo tem como *hipótese de partida (a)* o modelo de gestão no PNG proporciona práticas de reprodução das famílias que não colocam em risco os imperativos das áreas de conservação; *(b)* o modelo de gestão no PNG proporciona práticas de reprodução das famílias, que colocam em risco os imperativos das áreas de conservação.

O texto tem seis secções. A primeira, a introdução, contém uma breve contextualização do tema, os objectivos e a hipótese de partida. A secção seguinte trata dos aspectos metodológicos observados no estudo. Com enfoque internacional, a terceira secção dedica-se à revisão da literatura relacionada com o tema. A quarta secção apresenta a análise contextual do sector da conservação em Moçambique. A quinta secção é dedicada ao objecto de estudo – o PNG –, focando, essencialmente, o modelo de gestão implantado nesta área de conservação, as actividades socioeconómicas das famílias, relações de género, entre outros. A última secção contém as conclusões.

METODOLOGIA

O objecto de estudo incide sobre a zona tampão do PNG em que foram seleccionadas quatro localidades, sendo duas em cada distrito[2]. A amostra foi construída de forma aleatória num grupo de potenciais beneficiários das iniciativas do PNG, procurando diversificar os indivíduos em termos de idade, actividade, género e comunidade. Dentro dos objectivos da pesquisa, o tamanho da amostra não foi definido *à priori* mas apenas quando se atingiu um ponto de saturação, ou seja, quando novas entrevistas não forneciam mais informações ou dados (Neuman, 2009; Patton, 1990).

[2] O PNG abrange áreas dos distritos de Gilé e de Pebane.

A realização da pesquisa observou quatro etapas metodológicas fundamentais: Primeiro, foi realizada a revisão da bibliografia, nomeadamente informação proveniente da ANAC e outras instituições, entre outros dados produzidos a nível distrital e provincial, e aspectos ligados a políticas e outros instrumentos relacionados com a conservação ambiental; em seguida, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas a informantes-chave, aos níveis provincial e distrital, incluindo grupos focais com membros das comunidades e entrevistas individuais, com vista à recolha de percepções locais acerca da gestão dos recursos naturais no PNG; na terceira etapa, realizou-se a análise dos resultados, em função da informação obtida na bibliografia consultada e dos dados das entrevistas e discussões; e, por fim, a sistematização da informação em forma de relatório.

Durante a realização da pesquisa foram encarados diversos constrangimentos, a destacar: por um lado, houve servidores públicos que não disponibilizaram parte da documentação necessária e, por outro, dada a sensibilidade do tema (McCosker *et al*, 2001), reforçou-se o uso de entrevistas e observações (Quiñones *et al*, 2013) de modo a preservar a sua integridade. Outra dificuldade encontrada foi nos serviços da administração do parque que, ao nível dos escritórios no Gilé e em Maputo, não responderam ao pedido de autorização para realização da pesquisa, pese embora as *demarches* realizadas.

As observações foram realizadas seguindo um *Guião de observação* previamente elaborado para levantamento de um conjunto de aspectos físicos, nomeadamente infra-estruturas de educação, de saúde, fontes de água de consumo humano, vias de acesso e tipo de habitações. Para análise das entrevistas, primeiro, foram identificadas e codificadas as principais respostas dos entrevistados (Glaser e Strauss, 1967), exercício que consistiu em marcar passagens de interesse, rotulá-las e agrupá-las (Seidman, 2013) segundo os objectivos do estudo.

Por ser um estudo qualitativo, de carácter exploratório, visando explorar e descrever os fenómenos a estudar, o comportamento dos actores e as interdependências que ocorrem (Flick, 2007), como procedimentos para produzir a evidência empírica (Sautu *et al*, 2005) foram realizadas 65 entrevistas semi-estruturadas, das quais 15 foram a representantes de instituições governamentais e não-governamentais, e 50 aos membros das comunidades visitadas. Nestas comunidades, 22 entrevistas foram individuais e 6 em grupos focais constituídos entre 4 e 6 pessoas, onde se procurou revalorizar os dados já obtidos (Sampier *et al*, 2014), moderando-se a interacção com os participantes tendo em linha os propósitos desta pesquisa.

Nas sedes dos distritos foram entrevistados dirigentes locais e pessoal dos serviços de extensão; enquanto em Quelimane, incluiu-se pessoal das instituições públicas e membros da sociedade civil. Nas localidades foram abordados extensionistas, membros dos Comités de Gestão dos Recursos Naturais (CGRN) e membros das comunidades, em geral, sendo que, para estes últimos, sempre que possível, as entrevistas foram realizadas na respectiva residência para permitir o seu conforto face às questões colocadas, tendo-se priorizado indivíduos com pelo menos 50 anos de idade e que residem na zona, de forma permanente, há pelo menos 10 anos.

Desde a secção atinente à descrição do Parque Nacional do Gilé, a discussão é feita através da análise das diferentes fontes recolhidas no âmbito da presente pesquisa, nomeadamente documentos oficiais, fontes bibliográficas e fontes orais.

ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Marco histórico geral

As estratégias de preservação da natureza, que actualmente são traduzidas em áreas de conservação, remontam ao século XIX quando, em 1872, foi criado o parque nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos (Diegues, 1996), com o propósito de assegurar a preservação da estetica natural da zona (Costa, 2002). No contexto africano, este exemplo foi seguido pela África do Sul que, em 1898, constituiu o seu primeiro parque (Costa, 2002; Olindo, 1991).

Entre a primeira aparição, em Yellowstone, até a década de 30 do século XX, altura da criação da reserva do Gilé, vários países seguiram o exemplo norte-americano (Costa, 2002; Diegues, 1996), com destaque para o subcontinente latino-americano (quadro 1). Em 1948 foi criada a União Internacional para a Protecção da Natureza com o objectivo de encorajar, influenciar e assistir as sociedades humanas a conservar a integridade e diversidade da natureza, assegurando o uso ecologicamente sustentável dos seus recursos (Fisher *et al*, 2005: IUCN, 1995).

Quadro
Primeiros países a adoptar a conservação da natureza e nome das respectivas áreas

País	**Ano**	**Primeira área de conservação**
EUA	1872	Yellowstone
Austrália	1879	Royal National
Canadá	1885	Banff National
Nova Zelândia	1894	Egmont National
África do Sul	1898	Kruger Park
México	1899	Desierto de los Leones
Argentina	1903	Nahuel Huapi
Chile	1926	Vicente Pérez Rosales
Venezuela	1937	Henri Pitier
Brasil	1937	Itatiaia

Fonte: Costa (2002); Runte (1997); Diegues (1996).

Se a maioria destas unidades de protecção foram criadas pela emergência ambiental que, no postulado da conservação dos recursos naturais, procurava impor controlo à exploração humana acelerada reflectindo certa preocupação com a biodiversidade e a vida selvagem (Costa, 2002; Miller, 1997, Sellars, 1997; Diegues, 1996; Olindo, 1991), o caso mexicano destaca-se pelo

propósito original de assegurar a conservação do manancial de água que, através do deserto dos Leones, abastecia a cidade do México (Monroy, 2013).

Assim, fica evidente que a conservação da natureza e a preservação da vida selvagem são as duas razões fundamentais para o estabelecimento das áreas de conservação (Mendel e Kirkpatrick, 2002; Myers *et al*, 2000), levando à localização não-aleatória das mesmas (Hansen e Rotella, 2002). A selecção territorial baseia-se, principalmente, na presença *in situ* de espécie(s) ameaçada(s) e destruição de habitats ou, do lado oposto, de alta diversidade biológica, altos níveis de endemismo (Primack *et al*, 2002; Soulé, 1991). Mas, em geral, elas são mais criadas no hemisfério Sul, onde as pessoas são altamente dependentes dos recursos naturais e têm relações históricas e culturais entrelaçadas com a natureza (Hoodhouse *et al*, 2018).

PROBLEMAS LIGADOS À CONSERVAÇÃO

No entanto, a trajectória histórica das unidades de conservação tem sido marcada por conflictos caracterizados por acções anti-populações locais. Durante muitas décadas, as iniciativas conservacionistas financiavam os enfonques preservacionistas/protecionistas, tais como o estabelecimento de áreas protegidas e reservas, deslocando as populações locais, com o fundamento de que estas populações, geralmente rurais, eram uma ameança ao ambiente (Diegues, 1996; Fisher *et al*, 2005).

No entanto, com o tempo, os programas concentrados apenas na natureza, concretamente no ecossistema existente dentro da área de conservação, mostraram o seu fracasso (Hobley, 2007; Ostrom, 2000, Olindo, 1991). A questão humana foi levantada em Caracas, em 1992, quando, no IV Congresso sobre áreas de conservação, concluiu-se que estas unidades têm papel importante na satisfação das necessidades humanas (IUCN, 1994).

Assim, a administração e gestão de recursos naturais nem sempre encontrou consenso, traduzindo-se em processos malsucedidos (Hoodhouse *et al,* 2018; Mojo *et al*, 2020). O insucesso pode estar associado a factores, como o crescimento populacional (Talbot, 1986), a apropriação dos recursos por elites políticas ou reformas agrárias mal programadas (Jodha, 1987) ou das características socioeconómicas e políticas dos usuários dos recursos e sua relação com o sistema político dominante (Ostrom, 1987; Ostrom, 2000).

Segundo Ostrom (2000), os distintos sistemas de administração e maneio de recursos naturais sempre se deparam com um leque de ameaças que podem ser factor do seu insucesso, que incluem: *(1)* pensar segundo esquemas predeterminados; *(2)* confiança excessiva nas simples regras de votação como mecanismo primário de decisão para as opções colectivas; *(3)* mudanças rápidas na tecnologia, na população, na disponibilidade de recursos, na importância relativa das transacções monetárias ou na heterogeneidade dos participantes; *(4)* deficiências na transmissão de uma geração para outra dos princípios operacionais sobre os quais se baseia o sistema comunitário de administração e gestão; *(5)* exagerada dependência da ajuda externa; *(6)* não considerar as instituições e conhecimentos locais; *(7)* corrupção ou outras formas de oportunismo e; *(8)* falta de arranjos institucionais de grande escala relacionados com a recompilação, agregação e difusão de informação concisa; com mecanismos de solução de conflito confiáveis e de baixo custo.

Tal significa que o tipo de estrutura organizacional pode não ser necessariamente o de uma instituição formal, governamental (Smith, 1982), mas de instituições informais com estratégias que, muitas vezes, são mais eficazes que as estratégias desenvolvidas por entidades formais (Dahl, 1987; Scudder e Conelly, 1985), destacando-se a dimensão do recurso, coesão institucional e a participação da comunidade e suas instituições na tomada de decisões de gestão e sua execução.

Mas, como frisa Sachs (2009:71), a tendência humana tem sido a apropriação dos ecossistemas naturais para sua utilização, muitas vezes com custo invisível mas enorme para as espécies e para o bem-estar, a longo prazo, da própria humanidade. Enquanto isso, a transferência de direitos de propriedade de um grupo de usuários para outro grupo, elimina incentivos de monitoria e de restrição nos sistemas de exploração (McKean e Ostrom, 1995); ao mesmo tempo que eleva os custos financeiros em vigilância e protecção (Wells e Brandon, 1992).

Portanto, alguns problemas de carácter ambiental podem ter manifestações locais, como a restrição de acesso aos recursos pelas comunidades locais. Mas também a elaboração e implementação de iniciativas que visam mitigar possíveis efeitos negativos dos programas de conservação, podem gerar expectativas pouco realistas localmente.

MEDIDAS PARA SUSTENTABILIDADE DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Os problemas acima referidos têm acontecido em muitas zonas ecológicas (McKean e Ostrom, 1995; Munasinghe, 1993; Stonich, 1991), com a deflorestação a ser considerada a assumir-se como a via de muitas sociedades humanas para aumentar a capacidade de sustento local (Sachs, 2009). Para reverter essa situação, o estabelecimento de áreas de conservação pode ser uma das saídas, com a promoção de formas socialmente justas de uso de recursos naturais que têm o potencial de reconciliar o desenvolvimento económico local e a preservação ambiental, traduzindo-se no desenvolvimento sustentável.

A reconciliação do desenvolvimento económico com a preservação ambiental pode ser através da Conservação Mediante Uso (CMU) que não necessariamente conserva o ecossistema no estado intacto, podendo ser afectado por mudanças nas condições sociais e económicas. Segundo a CMU, num projecto de preservação, se as comunidades locais beneficiam activamente do uso dos recursos naturais-alvo da conservação, elas estarão motivadas a participar e a contribuir com esforços para a protecção desses recursos (Barrance et al, 2009). Segundo estes autores, isto inclui usos extractivos e usos não-extractivos dos recursos, como o fornecimento e pagamento de serviços ambientais.

A localização das famílias mais pobres próximo das áreas de conservação sugere a importância destas áreas no combate à pobreza. A transferência de responsabilidades, na propriedade e preservação dos recursos naturais, para a jurisdição da população local procura responder à pressão relativa aos direitos de propriedade local e ao acesso das comunidades aos recursos incluindo a necessidade de mitigar actividades ilegais, reduzir o desflorestamento e gerar equilíbrios nos benefícios socioeconómicos (Hobley, 2007).

De facto, o desenvolvimento sustentável supõe o uso racional de recursos por e em benefício de todos os implicados. Este só é sustentável quando todos os implicados, principalmente as pessoas negativamente afectadas, usufruírem de forma desejada dos benefícios presentes e futuros do processo. Munasinghe (1993) propôs um esquema, que procura algum consenso para o

entendimento do desenvolvimento sustentável, composto por três pilares: a sustentabilidade ambiental, destaca a conservação dos sistemas que suportam a vida (tanto como fontes de recursos ou depósitos de resíduos); sustentabilidade económica, que é a manutenção do capital económico e; a sustentabilidade social, que se refere ao desenvolvimento do tecido social.

Numa abordagem mais prática, que se centra menos nas necessidades intergeracionais e mais na abordagem holística, o desenvolvimento sustentável liga o desenvolvimento económico, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. Tal significa que a justiça intergeracional é suplementar ao desenvolvimento holístico que, de forma tridimensional, abrange objectivos económicos, sociais e ambientais (Sachs, 2017:16) que devem ser concretizados em simultâneo.

A área de conservação constitui uma forma de maneio comum de recursos na medida em que o seu uso depende de regras estabelecidas pelo grupo de usuários e está condicionado ao comportamento interdependente destes usuários (Gibbs e Bromley, 1989) num processo que fomenta a natureza e a parte humana, conectando, assim, os benefícios ambientais e as necessidades e interesses humanos, principalmente, das comunidades locais. Hoodhouse et al (2018) referem que muitas áreas de conservação são estabelecidas e administradas com base na premissa de que existem relações sinergéticas entre os resultados sociais e ecológicos. Ou seja, os benefícios sociais gerados por áreas protegidas podem compensar suficientemente as perdas.

A criação de uma área de conservação numa dada zona implica inequivocamente alterações nas formas de assentamento, das actividades desenvolvidas e a introdução de novas lógicas de funcionamento das instituições locais. O mesmo é afirmar que a transformação social orientada para a implementação de processos de desenvolvimento sustentável gera, geralmente, um potencial para conflitos com as estruturas localmente institucionalizadas e suas dinâmicas de actuação. Por vezes, as políticas de conservação entram em conflito com os direitos, as políticas e estratégias de preservação da diversidade cultural ou dos direitos das comunidades.

Como tal, e para se obter o desenvolvimento sustentável, são necessários resultados negociados equitativos, viáveis em termos económica e socialmente sustentáveis (Fisher et al, 2005), assumindo que são as populações locais, as grandes responsáveis pela manutenção da biodiversidade da qual dependem para sua sobrevivência; são populações que, pelo seu sistema de produção material e não-material, dependem da preservação dos ecossistemas em que vivem e desenvolvem sistemas exitosos de maneio dos recursos naturais, pelo que há necessidade de serem mantidas, incentivando o uso moderado dos recursos naturais e apoiando-as no seu esforço de melhoria da qualidade de vida (Diegues, 2003).

CONSERVAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Em Moçambique os projectos de preservação surgiram há mais de meio século, visando conservar a beleza faunística local, associados ao turismo cinergético, incluindo caça desportiva, predominantemente para a comunidade europeia[3].

[3]. Pode-se considerar a Reserva de Gorongosa como sendo a primeira área desta natureza (Parque Nacional desde 1960), criada em 1920 pela Companhia de Moçambique.

Considerando-se que as áreas de conservação são essenciais para preservação da biodiversidade, o país tem apostado em medidas de conservação, principalmente in situ[4]. A diversidade biológica em ecossistemas distintos motivou o Estado a constituir o sistema nacional das áreas de conservação de modo a promover a cooperação na gestão e o uso sustentável dos recursos naturais de alto valor ecológico[5]. Congrega diferentes categorias de áreas de conservação, tais como, parques, reservas, áreas de protecção ambiental, coutadas, fazendas de bravio e áreas de conservação comunitária.

No caso moçambicano, as áreas de conservação têm como principais objectivos a conservação da biodiversidade e a contribuição para o crescimento económico e redução da pobreza[6]. Cerca de 26% do território nacional está ocupado por áreas de conservação, não obstante os constrangimentos derivados da pressão populacional e da necessidade de terra para o desenvolvimento de projectos económicos[7]. O seu percurso recente[8] tem sido acompanhado de um exercício legislativo que resultou num acervo legal para o planeamento e gestão participativa dos recursos.

Por exemplo, em 1997, a Lei do Ambiente[9] consagrava matérias directamente relacionadas com a conservação, proibindo actividades adversas à conservação, reprodução e qualidade dos recursos, espécies faunísticas e seus habitats, enquanto a política de Terras[10] estabelecia o direito de posse e uso para as comunidades locais sob o pretexto de estimular a gestão sustentável e criar oportunidades de renda. A lei de Conservação da Natureza, de 2014[11], conjugada com a Lei de Florestas e Fauna Bravia, de 1999[12], consolida o princípio de partilha com as comunidades dos benefícios resultantes da exploração dos recursos naturais das áreas pertencentes a essas comunidades.

Portanto, defende-se um enfoque de gestão das áreas de conservação concentrado na protecção das espécies endémicas e ameaçadas, através de estratégias in-situ em ecossistemas críticos e vulneráveis a mudanças climáticas, no desenvolvimento de programas de gestão sustentável e participativa, na recuperação de áreas de conservação e na valorização da biodiversidade nestas áreas (MITADER, 2015).

Assim, procura-se envolver e responsabilizar todos os intervenientes na gestão dos recursos. As comunidades locais, o sector privado e outras organizações da sociedade civil são encorajados a formar parcerias com o Estado, com vista ao seu envolvimento na exploração, utilização, fiscalização, monitoria e conservação dos recursos. Os povoados são representados pelos Comités de Gestão de Recursos Naturais (CGRN) que, na articulação com outras entidades, assumem as responsabilidades relacionadas com a gestão dos recursos naturais a nível local, orientando-as nas consultas comunitárias, responsabilizando-se pelo processo de delimitação e certificação das

---

[4]. https://sibmoz.gov.mz/protected-areas/. Acedido aos 31.05.2023.
[5]. https://www.anac.gov.mz/areas-de-conservacao/. Acedido aos 10.07.2023.
[6]. https://sibmoz.gov.mz/protected-areas/. Acedido aos 31.05.2023.
[7] . https://www.biofund.org.mz/mocambique/areas-de-conservacao-de-mocambique/. Acedido aos 10.07.2023.
[8]. Pese embora a primeira Constituição da República elaborada numa perspectiva democrática, em 1990, tenha em consideração esta temática, o quadro legal sobre a conservação da natureza é novo.
[9]. Lei nº 20/97, de 1 de Outubro.
[10]. Lei nº 19/97, de 1 de Outubro.
[11]. Lei n.º 16/2014, de 20 de Junho.
[12]. Lei nº. 10/99, de 7 de Julho.

terras da sua comunidade e gestão dos 20% das receitas resultantes de exploração dos recursos naturais.
O governo moçambicano considera que a biodiversidade, a saúde do ecossistema e o bem-estar humano estão estreitamente interligados. Mas, a importância dos recursos biológicos para as estratégias de sobrevivência de milhões de pessoas tem sido geralmente excluída da planificação de conservação da biodiversidade, criando, muitas vezes, incompreensões e conflitos entre as comunidades e as administrações das áreas de conservação (MITUR, 2010).

O desenvolvimento sustentável é o princípio geral que guia a filosofia da conservação dos recursos naturais no país; onde, com o fim de garantir o direito ao ambiente no quadro deste desenvolvimento, o Estado adopta políticas visando: i) garantir o aproveitamento racional dos recursos naturais salvaguardando a sua capacidade de renovação, a estabilidade ecológica e os direitos das gerações vindouras; e ii) promover o ordenamento territorial com vista a uma correcta localização das actividades e a um desenvolvimento socioeconómico equilibrado[13].

Contudo, na maioria dos casos, continuam deficitários, por exemplo, os arranjos institucionais para criar e fortalecer os CGRN, os processos de descentralização da gestão dos recursos naturais para as comunidades locais, o alinhamento entre potenciais investimentos e interesses comunitários, bem como o processo de distribuição dos 20% das receitas de exploração dos recursos naturais (Banco Mundial, 2017; Banco Mundial, 2016).

PARQUE NACIONAL DO GILÉ

Com o principal propósito de proteger o rinoceronte preto e o elefante, a zona em estudo foi criada em 1932 como Reserva Parcial de Caça, com uma área de cerca de 5.000 km². Em 1960, esta área foi reduzida para 2.800 km². Em 2011, passou à categoria de Reserva Nacional de Gilé[14], cobrindo uma área de 2.861 km², com uma zona tampão de 1.671 km², localizando-se entre os distritos de Pebane e Gilé. Recentemente foi recategorizada para Parque Nacional de Gilé (PNG), nos termos da alteração da Lei nº 16/2014, de 20 de Junho[15].

A guerra civil e a caça furtiva levaram à redução da população faunística e ao desaparecimento de algumas espécies, levando o governo a iniciar o repovoamento, por volta de 2012. Esta área de conservação alberga, na sua periferia, milhares de famílias, na sua maioria necessitadas, que exercem grande pressão sobre o seu ecossistema, havendo referência à prática, de forma ilegal, de caça, corte de madeira e garimpo[16]. Esta área de conservação está localizada entre Gilé e Pebane, dois distritos da província da Zambézia. Segundo o INE (2021), a província da Zambézia é caracterizada por uma agregados familiares compostos por 3 a 4 membros, na sua maioria chefiados por homens (72%).

O distrito de Gilé tem uma superfície de 9.526 km², dividida em dois postos administrativos, Alto Ligonha e Gilé, por sua vez subdivididos em 14 localidades, e alberga uma população de 213.614

---

[13]. Nº 2 do artigo 117 da Constituição da República de Moçambique. Maputo, 2004.
[14]. Governo de Moçambique, Decreto nº 70/2011, de 30 de Dezembro.
[15]. Governo de Moçambique. Lei nº 5/2017, de 5 de Maio. Altera e publica a Lei nº 16/2014, de 20 de Junho, Lei de Protecção, Conservação e Uso sustentável da Biodiversidade Biológica.
[16]. Entrevista, vila de Gilé aos 24.08.2023. Entrevista, Quelimane aos 28.08.2023.

habitantes[17] com uma taxa crescimento de 19,9%, registada entre 2007 e 2017. Com uma superfície de 10.182 km² o distrito de Pebane é dividido em três postos administrativos, subdivididos em 14 localidades, e tem uma população de 205.631 habitantes. Por sua vez, entre 2007 e 2017, este distrito registou uma taxa de crescimento populacional de 8,9%. Os dois distritos são marcadamente rurais, as suas vias de acesso são na totalidade terraplanadas, com acessibilidade dificultada no período de chuvas.

A área de conservação propriamente dita e a sua zona tampão estão subdivididas em cinco zonas com vários níveis de protecção e de acesso à utilização dos recursos naturais, em particular: *(a)* uma zona de protecção total, *(b)* duas zonas de desenvolvimento do ecoturismo, *(c)* duas zonas de uso restrito, *(d)* uma zona de desenvolvimento do turismo cinegético, e *(e)* uma zona de uso múltiplo (MITUR, 2010).

A zona tampão é a porção territorial delimitada em redor da área de conservação, formando uma faixa de transição entre a área de conservação e a área de utilização múltipla, com o objectivo de controlar e reduzir os impactos decorrentes das actividades incompatíveis com a conservação da diversidade biológica, tanto de dentro para fora, como de fora para dentro, da área de conservação[18]. As comunidades locais aparecem aqui como actoras interessadas em participar e/ou em contribuir para as actividades desenvolvidas no Parque. No caso do PNG, a zona tampão é considerada importante para melhorar a gestão e a conservação da biodiversidade, bem como para melhor garantir benefícios para as comunidades locais, através do aproveitamento das oportunidades de uso dos recursos naturais existentes (MITUR, 2010).

A razão fundamental para se acreditar que a conservação se pode difundir a todas as comunidades locais é que a própria participação destas comunidades constituirá o alicerce dos processos de desenvolvimento. Pode-se adiantar que, como instituição, o PNG estabelece para sua gestão indicadores de eficiência, resiliência e equidade no uso dos recursos, e plasmados num acervo multidimensional (ecológica, económica, social e política) de princípios.

A visão do PNG (MITUR, 2010) visa *"contribuir para a conservação da biodiversidade em Moçambique e na região da África Austral, garantindo, ao mesmo tempo, benefícios tangíveis para as comunidades locais"*. Para o efeito, apresenta os seguintes objectivos de gestão e conservação: *(1)* conservar a biodiversidade, preservar a fauna, a flora e reabilitar os habitats degradados; *(2)* envolver as comunidades locais na gestão e desenvolvimento da reserva; *(3)* facilitar a pesquisa científica e a monitoria dos recursos naturais; *(4)* facilitar e promover actividades económicas sustentáveis, tais como o ecoturismo, a caça desportiva e a agricultura de conservação; *(5)* promover a educação ambiental e a disseminação das informações relevantes; e *(6)* promover a gestão e o uso sustentável dos recursos naturais.

A zona tampão do PNG inclui várias comunidades nos dois distritos, onde a agricultura de subsistência representa a principal actividade e modo de uso da terra é manual. Mas, também se reconhece que a maioria das pessoas vivendo ao redor da reserva depende grandemente da utilização dos recursos naturais para o próprio sustento. Em 2010, dizia-se que não havia

---

[17]. Sobre o número da população em cada distrito, foram usados os dados do IV Censo Nacional da População e Habitação, 2017. Ver INE. IV RGPH. Em www.ine.gov.mz› censos› censo-2007› censo-2017. Acedido aos 05.07.2022.

[18]. Governo de Moçambique. Lei nº 16/2014, de 20 de Junho, Lei de Protecção, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade Biológica.

população humana a viver permanentemente dentro dos limites desta área de conservação (MITUR, 2010). Nesta zona, está em funcionamento o projecto REDD+ que, em geral, tem como objectivo reduzir as causas das mudanças climáticas através de acções que incluem evitar o desmatamento e a degradação florestal, promover o maneio florestal sustentado, promover a conservação de ecossistemas e biodiversidade, aumentar a captura de carbono. Indica-se que o REDD+ pode, simultaneamente, abordar as mudanças climáticas e a pobreza rural, enquanto conserva a biodiversidade e dá sustentação a serviços ambientais vitais[19].

Geralmente, a entrada e permanência das comunidades dentro de uma área de conservação deve obedecer a processos negociados – que nem sempre evitam oposição por parte daquelas, despoletando conflitos relacionados com um posterior reassentamento. Por exemplo, as populações locais podem rejeitar as novas fronteiras territoriais (reordenamento e/ou alargamento dos limites da Reserva). Na medida em que recursos e oportunidades económicas escasseiam, as populações são compelidas ao exercício de actividades baseadas no uso desses recursos, mas consideradas ilícitas, nomeadamente o extractivismo ilegal, a caça furtiva, queimadas descontroladas para a limpeza de terras para fins agrícolas, dando-se continuidade ao ciclo de degradação ambiental.

Estas actividades podem ter como finalidade a venda ou a subsistência, mas são consideradas ilegais porque violam a regulamentação estatal e/ou não têm a aprovação da entidade que controla a área de conservação (Gavin *et al*, 2009). Elas implicam violações de direitos de propriedade, como a extracção de recursos em áreas protegidas sem permissão, ocupação ilegal de terras e violação da regulamentação de uso de recursos, incluindo uso além dos limites estabelecidos, fora da época e realizado com métodos de extracção proibidos, sem licenças para o efeito, ou em áreas proibidas, etc. (Olawuyi, 2019).

Alguns estudos mostram que, nas áreas de conservação, geralmente os homens estão mais envolvidos em práticas ilegais de extracção dos recursos que as mulheres (Olawuyi, 2019). No caso do PNG, para mitigar muitos dos aspectos já referidos, a Administração do Parque e seus parceiros têm estado a implementar diversos programas, nomeadamente de âmbito ambiental e acções que visam impactar na vida socioeconómica das famílias, como o fomento pecuário e a apicultura (Ntumi *et al*, 2018).

As actividades da REDD+, geralmente, destinam-se a fornecer aos países signatários capacidades para desenvolver programas locais que vão substituir as actividades geradoras de impacto negativo sobre o ecossistema (Corbera, 2012). Mas, como refere Hobley (2007), os efeitos da política de conservação adoptada podem variar em função do contexto e das diferentes condições socioeconómicas e físico-territoriais.

Existem evidências de que estes projectos desenvolvidos na zona tampão da PNG originaram uma série de implicações socioeconómicas negativas e adversas à subsistência das comunidades locais (Bruna, 2022). Tal significa que, embora as áreas de conservação tenham o potencial de desempenhar um papel importante na prestação de serviços ecossistémicos cruciais para a redução da pobreza (Hoodhouse *et al*, 2018), as famílias que vivem nas proximidades destas áreas podem incorrer em custos económicos significativos com a perda de suas machambas, animais e

[19] Em https://www.fnds.gov.mz/index.php/pt/nossos-projectos/listagem-de-projectos/redd, acedido aos 18.08.2023.

outros meios de subsistência (Mojo *et al*, 2020; Rentala, 2022); aumentando os desafios no desenvolvimento de políticas social, económica e ecologicamente direccionadas.

Portanto, se, por um lado, o fluxo populacional, aliado ao desbravamento de terras para agricultura e actividades ilícitas de caça, corte de madeira, mineração, representam uma ameaça à integridade da reserva, por outro, podem existir estratégias alternativas de aproveitamento de produtos de menor impacto ambiental. Tudo isso mostra que os processos de uso da terra e seus recursos que recebem apoio oficial através de programas de conservação, como o PNG, também podem ser incipientes na medida em que a forma como eles são (ou não) implementados levam a práticas locais que ameaçam a sustentabilidade ecológica da região.

SISTEMA DE (CO-)GESTÃO DO PARQUE

Estrutura de gestão

No plano de maneio da área de conservação do Gilé é indicada a sua estrutura de gestão assente na Política Nacional de Conservação e demais instrumentos orientadores sobre protecção da biodiversidade em Moçambique (MITUR, 2010). O sector que superintende a Conservação, ao nível da província, seria o elo entre as instituições públicas a este nível, o sector privado, as ONG, os governos distritais e demais interessados, com a Administração do Parque.

Na estrutura de gestão e responsabilidades, são propostos dois órgãos: o *Comité de Supervisão*, com competências definitórias, avaliativas e decisórias, constituído por representantes das instituições públicas ao nível provincial, nomeadamente: turismo (1 membro), agricultura (1), ambiente (1); Administração do Parque (1), DNAC (1), ONG (1) e sector privado (1); e o *Conselho de Gestão,* com competências de supervisão de actividades, sendo que as comunidades aparecem neste segundo órgão, composto pela Administração do Parque (2 membros), governos distritais (4 membros), comunidades (3), ONG (1) e sector privado (1).

Relativamente às comunidades locais (MITUR, 2010), os governos distritais teriam papel preponderante nos seguintes aspectos: *(a)* controlo das actividades humanas; *(b)* planificação do uso da terra; *(c)* colaboração em todas actividades de desenvolvimento; *(d)* acompanhamento da preservação dos recursos naturais; e *(e)* licenciamento de actividades económicas.

Trata-se de um sistema de co-gestão que se pretende participativo para os objectivos do Parque e interesses das comunidades locais[20]. A co-gestão é um sistema de tomada de decisão conjunta entre vários actores (entidades estatais, comunidades locais e outros interessados), que permite a todas as partes envolvidas negociar, definir e garantir uma partilha equitativa de direitos, funções de gestão e responsabilidades para um determinado território ou conjunto de recursos naturais (De Pourcq *et al.*, 2015). Segundo estes autores, na co-gestão: *(a)* aplica-se a filosofia de promoção de parcerias e acordos de partilha de poder que podem manifestar-se de muitas formas; e *(b)* há cumprimento de uma série de condições facilitadoras da própria co-gestão, como o sentimento de propriedade ou participação efectiva na gestão dos recursos.

[20]. Entrevista, vila de Gilé aos 24.08.2023

É já antiga esta tendência de incluir as comunidades locais no processo de gestão das áreas de conservação, com benefícios directos (Pimbert e Pretty, 2000), implicando a necessidade de participação efectiva destes beneficiários nas decisões relativas aos recursos naturais de que dependem como principal fonte de subsistência (Colchester, 2000). Para isso, o maneio sustentável dessas áreas deve ter mais um enfoque no entendimento das complexas relações ecológicas e sociais nas zonas rurais (Pimbert e Pretty, 2000).

Percepções locais

Uma das tendências manifestada pelos entrevistados e em conversas informais mantidas durante o trabalho de campo, relaciona-se com a composição e funcionalidade da estrutura de gestão. Relativamente ao Comité de Supervisão, um entrevistado[21] afiançou:

"Sendo este o órgão que toma as decisões e efectivamente tem o comando sobre todos os assuntos do Parque, não faz absolutamente sentido algum que as comunidades não estejam lá representadas… Quando digo isso, não me refiro a uma representação por intermédio de terceiros, [mas] sim, através dos seus membros [das comunidades], escolhidos por estas".

Neste contexto e segundo os entrevistados, a constituição do Conselho de Gestão, conforme acima mencionado, parece indicar a presença de apenas um membro de cada posto administrativo, dos três abrangidos por esta área de conservação, e isso não tem a representatividade que os povoados gostariam de ver observada[22].

"Nós nascemos aqui; os nossos pais também… Vivemos com base nestes recursos [florestais e faunísticos]. Como chamam apenas uma pessoa, membro do povoado, para representar as preocupações de todas as pessoas de todas as comunidades que estão aqui [junto do Parque]?"[23].

"Isto não funciona como gostaríamos. Ouvimos que só tem uma pessoa que representa todos nós [povoados], e essa pessoa vai quando eles [administração do Parque e/ou algum parceiro] aparecem para lhe levar; por vezes não vai por falta de transporte"[24].

A participação das instituições locais, nomeadamente dos governos distritais e dos povoados locais, através dos seus representantes tem sido bastante incipiente; limitando-se, muitas vezes, a "ser informados sobre os processos em curso no Parque"[25]. Questões logísticas têm sido referidas como estando por detrás desta lacuna que, tal como mencionado anteriormente, impactou nas relações institucionais ao nível dos governos.

Outro aspecto refere-se aos Comités Comunitários de Gestão de Recursos Naturais (CGRN). Segundo um entrevistado:

---

[21]. Entrevista, Quelimane aos 28.08.2023.
[22]. Entrevista, Nacururu aos 17.08.2023. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023. Entrevista, Malema aos 16.08.2023. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023.
[23]. Entrevista, Malema aos 16.08.2023.
[24]. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023.
[25]. Entrevista, vila de Pebane aos 20.08.2023.

"Muitas pessoas que fazem parte desses grupos [comités comunitários]; são pessoas que se escolhem entre eles, porque são pessoas que foram encontradas naquele momento… ou porque são os chefes [líderes comunitários, chefes das localidades] que indicam… Não são pessoas que nós [membros singulares das comunidades] queremos ou escolhemos"[26].

A organização dos Comités Comunitários de Gestão de Recursos Naturais (CGRN) evoluiu para uma situação em que a sua constituição é realizada com base em pessoas com alguma aproximação das lideranças comunitárias locais ou com alguma capacidade de expressão linguística. Foram, de facto, identificadas pessoas nos povoados capazes de potenciar e promover algum diálogo construtivo com a Administração do Parque e com parceiros de desenvolvimento[27]. Quem pode entender e falar português tem maiores possibilidades de fazer parte dos comités[28].

À luz deste raciocínio, importa referir que a aplicação de certas técnicas de mobilização comunitária para identificação de indivíduos de consenso dentro das comunidades foi uma dificuldade que os distintos actores enfrentavam porque estas técnicas não eram conhecidas[29] ou porque, por uma questão de racionalização de tempo e recursos, elas eram ignoradas[30].

"Houve uma reunião em que vinham pessoas de Quelimane e do distrito [sede]. Explicaram algumas coisas sobre lá [no Parque], sobre como nós, na comunidade, vamos participar. Mas pensamos que o que falámos não foi ouvido… Esses grupos [comités] têm pessoas que eles [técnicos ou as respectivas entidades] escolheram, não os povoados"[31].

Assim, a composição destes Comités e seu funcionamento foram aspectos continuamente problemáticos, necessitando de um permanente acompanhamento e restruturação[32]. De facto, com a saída de um importante parceiro, terminaram as actividades de capacitação e acompanhamento dos CGRN em 2017. Autores (Colchester, 2000; McKean e Ostrom, 1995) indicam que os sistemas locais de tomada de decisão podem, por vezes, ser fortemente controlados por lideranças que marginalizam os grupos mais necessitados e vulneráveis, podendo, assim, influenciar a composição dos grupos que vão participar no planeamento e gestão das actividades de conservação.

As pessoas que participam nesses grupos também têm as suas necessidades individuais e, portanto, não são necessariamente conservacionistas, mas têm interesses muito mais de carácter económico, sendo que não é surpreendente que sejam os primeiros beneficiários de qualquer apoio ou iniciativa que surja no âmbito dos programas de conservação[33]. Entrar no CGRN foi uma das estratégias encontrada pelas pessoas, uma vez que se tornou um potencial veículo para a satisfação de interesses individuais, talvez até grupais, e não necessariamente de toda a colectividade[34].

---

[26]. Entrevista, Nacururu aos 17.08.2023.
[27]. Entrevista, Quelimane aos 28.08.2023.
[28]. Entrevista, Nacururu aos 17.08.2023. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023. Entrevista, Malema aos 16.08.2023. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023.
[29]. Entrevista, vila do Gilé aos 24.08.2023.
[30]. Entrevista, Mulela aos 17.08.2023.
[31]. Entrevista, Malema aos 16.08.2023.
[32]. Entrevista, Quelimane aos 28.08.2023.
[33] Entrevista, Quelimane aos 28.11.2023.
[34]. Entrevista, Quelimane aos 20.11.2023.

Ainda relativamente à composição dos Comités, foi levantada a questão da constituição destes órgãos tendo em conta o factor género, e segundo entrevistas.

"Na constituição ou reestruturação destas organizações, a composição dos comités comunitários tem sido uma fase pesada..., É difícil ter a presença das mulheres desde o início até ao final de uma secção de trabalhos diários"[35].

"Nós, a mulheres, pouco participamos desses comités... Pensamos que é um trabalho dos homens, porque eles, quando têm reunião, viajam e ficam [dormem] lá [no local da realização da reunião]" [36].

"As mulheres são as primeiras a abandonar os trabalhos ou a mostrar dificuldades de participação e, quando isso acontece, trabalhamos com os homens... Existem tarefas que, pela sua complexidade, são mesmo atribuídas aos homens"[37].

"Eu sou membro do Comité desta comunidade; a minha mulher também é membro..., mas também deve saber que essa actividade de fiscalizar a floresta é tarefa do homem e não de mulher"[38].

Pode-se fazer uma analogia com as análises levadas a cabo por Bina Agarwal (1999; 1989). Segundo esta autora, a não-participação das mulheres nos órgãos comunitários de gestão de recursos deve-se às desigualdades encontradas e estreitamente vinculadas, ao nível da família, comunidade e do Estado. Ela indica que existem dois principais objectivos de maneio florestal comunitário: melhor conservação da base de recursos naturais e satisfazer as necessidades humanas locais. Como tal, é importante uma maior presença de mulheres nos órgãos de tomada de decisão sobre esses recursos, tendo em conta tais objectivos.

ESTRUTURA DE BENEFÍCIOS

Como já observado, para atrair a atenção das comunidades locais para o grande objectivo, que é a conservação da biodiversidade, é fundamental que sejam criados incentivos socioeconómicos para estas comunidades, para além das vantagens que obterão in situ. Isto implica a introdução de iniciativas que permitam aumentar seus rendimentos.

A maioria dos entrevistados (31 pessoas) tinha beneficiado, directa ou indirectamenta, de alguma intervenção, em projectos, realizados no âmbito da contribuição do governo ou de parceiros para a conservação da biodiversidade local. Esses projectos, geralmente, visavam a melhoria das condições de vida das famílias locais. Quanto à gestão observada no Parque, parece existir um sentimento de discordância nas comunidades: 25 entrevistados não concordam, 14 concordam com a forma de gestão e 10 preferiram não comentar sobre isso.

---

[35]. Entrevista, Mulela aos 17.08.2023.
[36]. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023.
[37]. Entrevista, vila de Pebane aos 20.08.2023.
[38]. Entrevista, Naheche aos 16.08.2023.

Por outro lado, há insatisfação entre as famílias relativamente a[39]: proibição da práctica da agricultura em áreas contíguas ao Parque; total restrição da caça para subsistência; poucos benefícios tangíveis obtidos com a introdução de agricultura de conservação e de outras actividades de rendimento e com a partilha de benefícios do ecoturismo e da caça desportiva; a quase inexistente participação comunitária nos órgãos de gestão do Parque; ecoturismo que nunca foi materializado; a composição dos Comités (CGRN); e não-empregabilidade dos jovens locais.

As pessoas ficaram insatisfeitas precisamente pelo facto de pensarem que os seus recursos naturais são atraídos por gente de fora que, em nome do conservacionismo, faz promessas, mas que, em concreto, realiza turismo, ganha dinheiro, enquanto limita o exercício das principais actividades das comunidades locais sem contrapartidas em termos de benefícios reais[40]. Assim, torna-se problemática a participação e o envolvimento das famílias locais no processo de conservação deste Parque.

Falar do ecoturismo, com ganhos tangíveis para as comunidades locais, tornou-se arma de arremesso para muitas organizações que trabalham nos assuntos de conservação para conquistar a simpatia das pessoas locais que, como se sabe, necessitam de dinheiro. Mas, no fim, o descontentamento é enorme porque essas pessoas não ganham nada[41]. No caso das mulheres, a insatisfação corresponde a diferentes factores, sendo os mais comuns o processo de inclusão nos órgãos de gestão (CGRN, o Conselho de Gestão) e a partilha de benefícios socioeconómicos[42]. Não existe uma normativa que regularize a composição dos órgãos dos CGRN, em termos de sexo e grau de parentesco dos membros e da partilha dos benefícios entre os membros do grupo de gestão e os membros da comunidade, em geral[43].

"É difícil estabelecer mecanismos financeiros envolvendo todas as famílias de uma única vez, de modo a ser um programa sustentável. Por outro lado, neste tipo de intervenções, a representação das comunidades tem sido uma grande dificuldade e, por vezes, um desafio que atravessa o seu tempo, o que poderá ter, como consequência, uma diminuição da eficácia das iniciativas"[44].

Para o caso do ecoturismo, com base noutras realidades, Colchester (2000) chega à mesma conclusão, acrescentando que as pessoas conhecem os potenciais custos sociais da dependência do turismo e nem todas elas estão preparadas para deixar as suas actividades tradicionais em troca de ganhos temporários. E que a concessão às comunidades locais de parte dos benefícios gerados pela conservação em troca de extinção de seus direitos, de sua autonomia política e da transformação de seu modo de vida, pode não ser considerado bom negócio para muitas comunidades.

---

[39]. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023. Entrevista, Mulela aos16.08.2023. Entrevista, Namaipe aos 25.08.2023.
[40]. Entrevista, Quelimane aos 28.08.2023.
[41]. Entrevista, Quelimane aos 28.08.2023.
[42]. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023. Entrevista, Mulela aos16.08.2023. Entrevista, Namaipe aos 25.08.2023.
[43] Entrevista, vila de Pebane aos 20.08.2023. Entrevista, vila do Gilé aos 24.08.2023.
[44] Entrevista, Quelimane aos 28.08.2023.

FONTES DE SUBSISTÊNCIA DAS FAMÍLIAS

Para a sustentabilidade do Parque, propôs-se facilitar e promover actividades económicas sustentáveis, baseadas no ecoturismo e turismo cinegético, por meio de concessões turísticas, parcerias entre as comunidades locais e o sector privado; a caça desportiva, criando-se Coutada Comunitária, de ligações com a costa e as Ilhas primeiras e segundas com royalties para as comunidades da zona tampão do Parque; e a agricultura de conservação (MITUR, 2010).

Nas promessas em torno da agricultura de conservação, propunha-se para um acompanhamento aos produtores na cadeia de valor completa, desde a produção até à comercialização[45]; com apoios na identificação e negociação de preços perante potenciais compradores dos cultivos[46]. Para o governo, estes são considerados mecanismos de acesso e partilha de benefícios para as comunidades locais (MITADER, 2015).

Da análise das entrevistas realizadas nas comunidades[47], constata-se que a agricultura constitui a principal fonte de subsistência, das famílias na zona tampão, seguindo-se o comércio informal, a pecuária e a caça. Mas também existem outras actividades, como a comercialização de pescado, feita principalmente a partir da zona marítima de Pebane[48], corte e comercialização de madeira[49], entre outras.

Numa perspectiva de máximo aproveitamento, as famílias locais fazem uma complementaridade dessas actividades[50]. Esta pluralidade de actividades revela a relação existente entre as famílias locais e o seu ecossistema, indicando as formas específicas em que elas acedem e usam os recursos localmente existentes[51]. Por outro lado, algumas são actividades que estão dentro dos objectivos específicos de conservação do Parque, procurando introduzir inovações a serem adoptadas pelas famílias locais (MITUR, 2010).

Agricultura

A actividade agrícola é realizada em regime de sequeiro e consociação de culturas. Os entrevistados, principalmente aqueles ligados à governação, salientaram a importância e impacto das iniciativas externas de apoio às famílias, nomeadamente de prácticas agroecológicas que desenvolvem os níveis de produção e minimizam os efeitos negativos sobre os recursos naturais[52]. Referem-se, concretamente, à agricultura de conservação baseada na optimização da densidade de plantio das culturas consociadas, tipo de sementeira, uso de leguminosas para enriquecimento dos solos em azoto e desincentivo às queimadas[53].

---

[45]. Entrevista, Nacujuca aos 18.08.2023.
[46]. Entrevista, Mujaiane aos 18.08.2023.
[47]. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023. Entrevista, Mulela aos16.08.2023. Entrevista, Namaipe aos 25.08.2023.
[48]. Entrevista, Malema aos 16.08.2023. Entrevista, vila de Pebane aos 20.08.2023.
[49] Entrevista, vila de Pebane aos 20.08.2023. Entrevista, vila do Gilé aos 24.08.2023.
[50]. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023. Entrevista, Mulela aos16.08.2023. Entrevista, Mujaiane aos 18.08.2023. Entrevista, Namaipe aos 25.08.2023.
[51]. Entrevista, Quelimane aos 28.08.2023. Entrevista, Quelimane aos 20.11.2023.
[52]. Entrevista, vila de Gilé aos 24.08.2023.
[53]. Entrevista, Quelimane aos 28.08.2023.

Esperava-se que este conjunto de técnicas agrícolas fosse representar um meio que garantisse à população local uma alternativa à agricultura tradicional baseada no desmatamento e queimadas, providenciando melhorias na produtividade e produção, seja para o consumo familiar, seja para a comercialização (MITUR, 2010).

Existem percepções diferenciadas sobre estas iniciativas. De acordo com os técnicos da área de conservação, foram alcançados muitos resultados positivos nesta componente[54], com muitos produtores a implementar os diversos sistemas implantados nas iniciativas[55]. Do lado dos camponeses, entende-se que o pouco que ocorreu foi um projecto que solicitava as famílias a trocarem os seus instrumentos de caça por enxadas e catanas para realizar a agricultura [de conservação][56].

Os camponeses revelaram que continuam exercendo as mesmas prácticas de corte de árvores e queimada das áreas para a produção[57]. As áreas trabalhadas pelas famílias variam entre ½ a 1½ hectares[58]. As condições de produção, as prácticas e as culturas produzidas são as usuais e dificilmente podem ser consideradas como resultado das intervenções[59].

As famílias beneficiam da proximidade das vias de acesso que ligam as sedes dos dois distritos para, vender localmente os seus excedentes ou transportá-los para as feiras comerciais ou mercados nas vilas dos distritos. No entanto, as insuficiências nas vias de acesso e a constante falta de transportes e os preços praticados na venda dos produtos agrícolas, que mais dependem do comprador ambulante, não permitem às famílias ter espaço de escolha da cultura a produzir e respectivas quantidades[60].

Comércio informal

Outra fonte de rendimento bastante referida nas entrevistas foi a venda informal de bens de primeira necessidade. Geralmente são individuos de idade jovem, que não estão directamente envolvidos na agricultura, mas aparecem a comprar excedentes agrícolas, principalmente leguminosas e milho. Alguns destes comerciantes têm a capacidade de adquirir os bens não produzidos localmente, nas cidades de Nampula e Quelimane, de onde alugam camionetas para seu transporte até à sua localidade.

Quando termina a campanha de comercialização agrícola, estes comerciantes empenham-se na actividade de comércio geral, do dia-a-dia. Contudo, o fraco poder de compra das famílias locais limita a actividade aos bens essenciais. As famílias não têm capacidade suficiente para adquir grande quantidade de bens não produzidos localmente, pelo que estes são vendidos em pequenas quantidades, como açucar, arroz, óleo de cozinha, petróleo e pilhas para iluminação, sal, sabão e outros[61].

---

[54]. Entrevista, Mulela aos 17.08.2023.
[55]. Entrevista, vila do Gilé aos 24.08.2023.
[56]. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023. Entrevista, Namaipe 25.08.2023.
[57]. Entrevista, Mulela aos 16.08.2023. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023.
[58]. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023. Entrevista, Malema aos 16.08.2023.
[59]. Entrevista, Naburi aos 25.08.2023.
[60]. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023. Entrevista, Mulela aos16.08.2023. Entrevista, Namaipe aos 25.08.2023.
[61]. Entrevista, Malema aos 17.08.2023.

A actividade comercial é predominantemente informal e masculina, em bancas fixas nas casas das famílias e/ou em pequenos mercados locais e móveis, na medida em que os comerciantes deslocam-se conforme a calendarização semanal dos diferentes pontos onde ocorrem as feiras locais[62].

"Tenho esta banca aqui no mercado, mas, lá em casa, tem outra com pequenas coisas… Nos dias de feira, procuro ir para todos sítios… O que ganho não é muito, mas penso ser melhor alternativa à agricultura. Lá [na machamba] vai a minha mulher; eu mando dinheiro para as pessoas ajudarem na machamba; depois vendemos a coisa [produção] que tiramos de lá [machamba] para reforçar esta actividade [comércio]"[63].

"Eu realizo esta actividade [comércio] há muitos anos, desde que voltei da vila, onde estava a estudar… Aqui não existe outra actividade, se não a agricultura, mas prefiro esta actividade [comércio], Geralmente compro os produtos na cidade [Nampula e Quelimane], juntamos com amigos e alugamos um transporte"[64].

"Na verdade, esta actividade é melhor que ir à machamba; com o pouco dinheiro que tiramos daqui podemos usar na agricultura…mandar para os meus filhos que estão a estudar na vila…investir noutra actividade, como a comercialização agrícola quando chega o tempo de colheita"[65].

No entanto, mesmo sendo actividade de «propriedade dos homens»[66], as mulheres e as crianças do agregado familiar também participam nesta actividade de comercialização, principalmente na venda dos produtos e em situações em que a família tem banca fixa. Isso acontece na ausência dos homens que foram comprar mercadorias ou por outra razão[67].

Importa referir que os indivíduos envolvidos nesta actividade aplicam as suas receitas em actividades agrícolas e não-agrícolas. Por um lado, investem na agricultura de forma moderada, considerando os riscos inerentes, na comercialização e no consumo. Por outro, o investimento em actividades não-agrícolas depende da percepção de oportunidades de mercado, mas, grosso modo, vai para a indústria de entertenimento (sala de cinema) e reforço da própria comercialização[68].

Pecuária

Na componente de Gestão e melhoramento das condições socioeconómicas das populações locais, uma das actividades prioritárias é a introdução de animais de pequeno porte (MITUR, 2010). Como tal, pretendia-se melhorar a produção e comercialização de produtos agro-silvo-pastoris, com aumento da produção pecuária e garantindo a sua sustentabilidade económica a longo prazo (Ntumi et al, 2018).

---

[62]. Entrevista, vila de Pebane aos 20.08.2023.
[63]. Entrevista, Naburi aos 25.08.2023.
[64]. Entrevista, Malema aos 17.08.2023.
[65]. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023.
[66]. Entrevista, Malema aos 17.08.2023.
[67]. Entrevista, Malema aos 17.08.2023.
[68]. Entrevista, Malema aos 17.08.2023. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023.

Especificamente pretendia-se (re)povoar com caprinos as famílias identificadas; melhorar o sistema de protecção dos animais, com currais-modelo; e reduzir a deambulação dos animais, principalmente na época agrícola (Ntumi et al, 2018; Nazerali e Souquet, 2017). Estas actividades eram encaradas com muita espectativa no seio das famílias:

"Nós, desde, nunca amarrávamos os nossos cabritos… Estes viviam como viviam porque ficamos muito tempo, muitos dias, nas nossas machambas. Então pensamos que não era bom amarrar o cabrito… não podia ir na machamba do outro, estragar as coisas na casa do vizinho".[69]

"Quando chegaram, falaram de nos trazer cabrito e ensinar a construir bons currais [modelo], que ficam encima para os animais do mato não comer o cabrito durante a noite e também para o cabrito crescer bem".[70]

"Falaram que aqueles currais [modelo] que iriam ensinar a construir era para guardar bem o nosso cabrito e aproveitar aquilo que cai no chão para pôr nas machambas [como estrume] para aumentar a produção de comida"[71].

As expectativas não eram apenas das famílias locais, como explicado acima, mas também das entidades locais dos dois distritos, nomeadamente os técnicos do SDAE que esperavam aprender as técnicas dos parceiros e liderar os processos[72], tendo em conta que as iniciativas são implementadas nos territórios dos respectivos distritos[73].

Foram apenas construídos currais para caprinos para melhor controlo dos animais e massificado o uso da corda para reduzir deambulação dos cabritos. A actividade de (re)povoamento em cabritos nas comunidades da zona tampão não ocorreu como era expectável para as famílias, porque teve de ser interrompida.

"Eu não recebi nada [cabrito]… Quando voltaram, disseram que os brancos que mandam o dinheiro falaram que não podem dar cabritos porque vão estragar na Reserva… Nascemos aqui, desde o tempo colonial, não sabemos o que cabrito estraga lá no mato".[74]

"Disseram que não iam trazer mais cabritos porque tem problemas lá dentro [da Reserva] … Afinal não sabiam isso antes? Como entregaram algumas pessoas e nós outros não recebemos nada [cabrito]?"»[75]

"Essa situação mostra a inexistência de um prévio exercício de planificação, a falta de coordenação e, acima de tudo, é sinal de que existem financiadores com interesses acima dos interesses das comunidades locais"[76].

---

[69]. Entrevista, Naburi aos 25.08.2023.
[70]. Entrevista, Malema aos 16.08.2023.
[71]. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023. Esta práctica de uso de estrume de cabras, conforme apurado nas entrevistas, era indicada para as hortícolas, não ocorrendo para outras culturas de maior importância para as comunidades locais.
[72]. Entrevista, vila de Pebane aos 20.08.2023.
[73]. Entrevista, vila do Gilé aos 24.08.2023.
[74]. Entrevista, Malema aos 16.08.2023.
[75]. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023.
[76]. Entrevista, Quelimane aos 28.08.2023.

As razões para a interrupção foram (Ntumi et al, 2018; Nazerali e Souquet, 2017): possíveis efeitos ambientais negativos da presença massiva de cabritos, uma vez que a população poderia recorrer a pastos dentro da área protegida; baixo sentido de propriedade por parte dos beneficiários, com impactos nos cuidados alimentares e sanitários dos animais; relações institucionais com os governos distritais que não se identificaram com a iniciativa porque os animais tinham sido adquiridos noutras regiões da província, sem o seu envolvimento; e aquisição de animais de tenra idade (chibos) que, na sua maioria, exigiam cuidados parentais e que, por essa razão e pelo stress causado pelas condições de transporte e eventos atmosféricos, morreram posteriormente.

Não obstante todos argumentos apresentados, o facto é que as comunidades continuaram com a sua produção nas modalidades tradicionais. Os animais domésticos no seio das famílias são de pequenas espécies, tais como galinhas, cangas (galinha do mato), patos, cabritos[77], ovelhas e, em zonas sem tradição muçulmana, porcos[78]. A criação de animais é bastante limitada devido principalmente à ocorrência de doenças e pastos pobres (MITUR, 2010), mas também porque as famílias não possuem cultura e capacidade financeira para criação em quantidades maiores[79].

Embora não mercantilizada, na área estudada a criação animal tende para a ser vendida. Ou seja, as famílias criam os seus animais como uma fonte de subsistência, mas, na medida em que é necessário, vendem-nos. Hendrickx et al (2015) concluem que, em algumas regiões do país, no sector familiar, os animais são mantidos como fonte de receita para despesas de investimento e emergências, para o consumo doméstico em ocasiões especiais ou nos períodos festivos. Este aspecto foi encontrado neste estudo, o abate para consumo é realizado em certos eventos, como as cerimónias familiares, religiosas e datas festivas.

Caça, a "bolada de casa"

Outra actividade que persiste na região é a caça, que é um dos factores antropogénicos que levou à extinção de algumas espécies e outras a uma situação de criticamente ameaçadas[80]. Segundo a legislação nacional atinente à conservação da biodiversidade, não é permitido caçar, qualquer que seja o animal, dentro do Parque, pelo que a caça pelas comunidades deve ser devidamente planificada com as autoridades que gerem o Parque[81].

Mas a promessa de oportunidades para caça para subsistência, de forma a suportar as necessidades básicas da população local (MITUR, 2010), não se concretizou, reconhecendo-se que a caça ilegal ainda é um desafio e pode constituir um factor na redução da população de animais no Parque[82]. Durante os trabalhos de campo, foi notória a presença de "gente de fora"[83].

Estes indivíduos estão concentrados na vila sede do distrito de Gilé e possuem capacidades financeiras que normalmente são superiores às das comunidades e exercem as suas actividades fora da vila. De igual modo, os entrevistados em Naheche e Namaipe revelaram a presença desta "gente de fora" que, trazem muito dinheiro, adquirem alguns produtos e outros bens.

---

[77]. Entrevista, Mulela aos 16.08.2023.
[78]. Entrevista, vila de Gilé aos 24.08.2023
[79]. Entrevista, vila de Pebane aos 20.08.2023.
[80]. Entrevista, Quelimane aos 20.11.2023.
[81]. Entrevista, vila de Gilé aos 24.08.2023
[82]. Entrevista, vila de Pebane aos 20.08.2023.
[83]. Expressão várias vezes usada por um entrevistado na vila sede de Gilé aos 24.08.2023.

"Chegam aqui pessoas, com carros como esse..., geralmente falam com fulano e fulano e vão-se embora... Meses depois, fulano e fulano [os aldeões contactados anteriormente] estão a comprar motorizada, mas, quando se olha, não se sabe onde trazem o dinheiro![84].

"Nós aqui praticávamos a caça, apanhávamos paus para construir as nossas casas, fazíamos artesanato com a madeira desta floresta... podíamos vender e ter dinheiro para sustentar nossas casas... Hoje, tudo isso é proibido fazer"[85].

"Algumas pessoas ainda vão caçar, mesmo que não seja para vender aqui na aldeia... sabemos que aquilo que apanham vão vender lá na cidade e trazem dinheiro ou comida para casa..., mas as pessoas têm medo de entrar naquelas florestas, porque os fiscais prendem"[86].

"Trata-se de uma ´bolada de casa´, em que, quem pode, participa, e com conhecimento dos membros dos comités [CGRN] da própria comunidade. Estes membros conhecem as pessoas que caçam e aquelas que também são intermediárias do negócio"[87].

Os discursos dos entrevistados não deixam de ser reveladores que a caça furtiva, através de pessoas de fora e de membros das comunidades locais, representa uma importante fonte de subsistência para algumas famílias. Da conversa mantida com um informante foi possível constatar que presentemente existem preocupações com a caça, geralmente praticada por furtivos oriundos, na sua maioria, de regiões fora da província da Zambézia, incluindo indivíduos estrangeiros[88].

A caça tem maior intensidade na zona tampão do distrito do Gilé, onde não se implementou o programa de (re)povoamento animal e/ou melhoramento da criação do gado caprino como era esperado pelas comunidades[89]. A intensidade de caça (gráfico 3) é menor nas comunidades dos dois postos administrativos de Pebane, onde, ao que parece, as iniciativas no (re)povoamento pecuário com caprinos tiveram melhorias para as populações locais[90].

Mas, em quase todas as comunidades as famílias referiram-se ao insucesso deste programa[91]. É importante referir que, no caso de Pebane, a pouca incidência da caça deve-se à religião muçulmana que inibe o consumo de carne de certos animais de caça e do tipo de morte da presa[92].

As famílias continuam a realizar a caça ilegal de cabritos, changos, gazelas, javalis, lebres, pala-palas, ratos e outros pequenos antílopes, constituindo uma das fontes de subsistência local[93]. Algumas pessoas que caçam nestas zonas, usam armadilhas mecânicas, nomeadamente ratoeiras

---

[84]. Entrevista, Namaipe aos 25.08.2023.
[85]. Entrevista, Nacururu aos 17.08.2023.
[86]. Entrevista, Namaipe aos 25.08.2023.
[87]. Entrevista, Mihécue aos 25.08.2023.
[88]. Entrevista, Quelimane aos 28.08.2023.
[89]. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023. Entrevista, Namaipe 25.08.2023.
[90]. Entrevista, Mulela aos 16.08.2023.
[91]. Entrevista, Malema aos 16.08.2023.
[92]. Entrevista, Quelimane aos 28.08.2023.
[93]. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023. Entrevista, Malema aos 16.08.2023.

feitas de ferro e aço (de molas de carros)[94], e queimadas[95]. Estas prácticas contrariam os pressupostos legais que, além de vedar a caça em determinados locais considerados sensíveis, proíbem o uso destas práticas[96].

Não obstante os esforços realizados para a conservação, durante as duas viagens realizadas no âmbito desta pesquisa, foi observada a venda "clandestina" de carne de caça no principal mercado da vila do Gilé. Segundo conversas informais com alguns utentes do mercado, esse negócio era sobejamente conhecido pelas autoridades administrativas do distrito e pelos membros dos CGRN nas zonas de onde provinha a carne. Desta forma, pese embora a comercialização da carne ocorrer num ponto do mercado e de forma reservada, esta venda não é propriamente desconhecida. Esta é uma prática que ocorre de forma constante e indica um contínuo desencontro entre as prioridades locais, constituídas a partir das necessidades e anseios das famílias, e as preocupações e prioridades da administração do Parque[97].

Outras fontes

Existem outras actividades que constituem fontes de subsistência e/ou de rendimento para as famílias desta zona. No trabalho por conta de outrem, as pessoas são convidadas ocasionalmente para a execução de tarefas nas machambas, a construção de residências e outras. No passado, havia trabalho nas minas nas empresas madeireiras e noutras empresas que operavam nos dois distritos.[98]. Com a guerra civil e as reformas que se seguiram, a dinâmica empresarial local não voltou a ser a mesma.

Outras fontes sazonais e esporádicas se observam quando as famílias recebem apoios de ONG, nomeadamente em bens e remuneração monetária quando ocorre a prestação de serviços, o que acontece apenas em determinadas épocas do ano[99]. O mesmo ocorre em programas assistencialistas governamentais de mitigação da pobreza[100]. Há remunerações também aquando de participação em trabalhos de manutenção periódica de algumas vias de acesso nas localidades[101]. No entanto, têm sido poucas pessoas que são integradas nessas actividades[102].

A actividade pesqueira é realizada nos rios Molocué, Mulela e outros riachos que ocorrem dentro da zona tampão, principalmente no período das chuvas. As populações locais que praticam a pesca usam artes, como linha de mão, gaiolas e quinia. Também recorrem a métodos de envenenamento de pescado. Em alguns casos, para a pesca à linha, os homens usam canoas feitas de cascas de árvores (nikule). A práctica desta pesca, com recurso a artes e métodos não

---

[94]. Localmente conhecidas por *nrako* e *rapito* ou *langa*.
[95]. Entrevista, Mulela aos 16.08.2023. Entrevista, Colocine aos 17.08.2023. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023. Entrevista, Namaipe 25.08.2023.
[96]. Assembleia da República de Moçambique. Lei nº 16/2014, de 20 de Junho, Lei de Protecção, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade Biológica.
[97]. Entrevista, Quelimane aos 28.08.2023.
[98]. Entrevista, Quelimane aos 29.08.2023.
[99]. Entrevista, Mulela aos 16.08.2023. Entrevista, Namaipe 25.08.2023.
[100]. Entrevista, vila de Pebane aos 20.08.2023.
[101]. Entrevista, vila de Gilé aos 24.08.2023.
[102]. Entrevista, Nacururu aos 17.08.2023. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023.

recomendados, não obstante ser considerada não-predatória pelas famílias[103], é considerada ilegal pelo governo[104].

Não obstante ser considerada uma actividade furtiva e ilegal, devido à sua natureza predadora e efeitos negativos sobre o ecossistema, o pescado desta pesca é primeiramente para o consumo familiar ou vendido havendo excedentes[105]. A referência à pesca nas aldeias do posto administrativo de Nabúri é pesca marítima, na zona costeira, que faz com que alguns membros das famílias nas aldeias da zona tampão deste posto sejam comerciantes de pescado e, em poucos casos, pescadores[106].

Nos períodos de escassez extrema, as famílias locais diversificam as estratégias de sobrevivência que, para além das fontes anteriormente referidas, incluindo a recolecção de plantas medicinais e frutos silvestres, a extracção de mel, o corte de madeira, lenha e paus, e carvão que servem para uso das famílias e para venda[107]. A lenha e o carvão são as fontes de energia mais usadas, não apenas pelas famílias que vivem na zona tampão, mas nos dois distritos[108], daí a sua comercialização generalizada.

O corte ilegal de madeira, com alguma preciosidade, é uma prática nesta área de conservação. Para além das comunidades locais, este corte tem sido realizado por pessoas de fora das aldeias da zona tampão e mesmo de outras localidades dos dois distritos[109]. Segundo um entrevistado:

"O corte não autorizado de madeira tem sido sistemático (...) As pessoas que fazem isso, muitas vezes, são da cidade e conhecem os canais de circulação, pelo que, com alguma facilidade, conseguem escapar da fiscalização, não apenas da autoridades do Parque, mas também das outras estruturas das autoridades governamentais"[110].

Além do uso na construção de habitações locais, no caso do pau-ferro, a madeira desta área inclui outras espécies com alto valor comercial, utilizadas na produção de mobiliário nas cidades[111]. A proibição da caça, do garimpo, do corte de madeira e de outras actividades, realizadas pelas populações como meio de subsistência, intensificaram a sua prática, numa estratégia de sobrevivência, uma vez que não existem outras alternativas[112].

Com base nas entrevistas, constatou-se que os programas de prevenção de desmatamento, através do impedimento de machambas na zona protegida e sequestro de carbono, visada pelo governo (MITUR, 2010), não ajudaram a promover iniciativas alternativas para o desenvolvimento das comunidades ou para a subsistência das famílias locais. Muitas das outras fontes mencionadas nesta secção estão associadas a prácticas da agricultura itinerante.

---

[103]. Entrevista, Malema aos 16.08.2023. Entrevista, Nacururu aos 17.08.2023.
[104]. Entrevista, Mulela aos 18.08.2023.
[105]. Entrevista, Malema aos 17.08.2023.
[106]. Entrevista, vila de Pebane aos 20.08.2023.
[107]. Entrevista, Malema aos 16.08.2023. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023.
[108]. Entrevista, vila de Pebane aos 20.08.2023.
[109] Entrevista, vila de Pebane aos 20.08.2023. Entrevista, Quelimane aos 28.08.2023.
[110] Entrevista, Quelimane aos 20.11.2023.
[111] Entrevista, vila de Gilé aos 24.08.2023. Entrevista, Quelimane aos 28.08.2023.
[112] Entrevista, Quelimane aos 20.11.2023. Entrevista, Quelimane aos 28.08.2023.

RELAÇÕES DE GÉNERO

A promoção de actividades económicas sustentáveis para mitigar possíveis impactos negativos nas comunidades traz a preocupação sobre quem efectivamente beneficia dessas iniciativas. Alguns textos sobre este assunto frisam que as comunidades não são homogéneas, em termos sociais, económicos e de género, o que influencia a distribuição, acesso e uso dos recursos entre homens e mulheres, entre grupos sociais e dentro da unidade familiar (Nussbaum, 2012; Nussbaum, 2002; Sen, 2003; Agarwal, 1999).

O Estado moçambicano tem estado a defender a promoção da igualdade entre a mulher e o homem no acesso aos órgãos de poder, na tomada de decisões e nas oportunidades de acesso aos demais benefícios socioeconómicos[113]. Segundo este[114], a formulação e implementação de programas de desenvolvimento devem considerar, de forma racional, as necessidades de mulheres e homens. Como prioridade para a mulher, indica-se: (i) assegurar a participação efectiva das mulheres nos órgãos de tomada de decisão sobre o acesso e controlo da terra e de outros recursos ao nível comunitário, propiciando a sua participação na gestão e usufruto dos mesmos; (ii) tomar em consideração os interesses e as necessidades das mulheres na planificação, construção e gestão de infra-estruturas; e (iii) estipular quotas para as mulheres nos financiamentos e facilitar o seu acesso aos mesmos.

Negrão (1996) argumenta que a participação das comunidades africanas na gestão dos recursos naturais está dependente dos níveis de rendimentos individual e familiar, num contexto em que cada família pode-se inserir em várias actividades. Tal sugere para o facto de que actividades económicas que beneficiem indiscriminadamente as famílias locais são importantes porque servem de incentivo para estas famílias apoiarem e participarem nos objectivos da conservação[115].

Em teoria, todas as famílias têm as mesmas possibilidades no que se refere à sua inclusão nos projectos de desenvolvimento localmente implementados[116]. Como em muitas regiões do país, nos dois distritos que conformam o PNG, as mulheres as mais envolvidas na agricultura tendo em conta o tempo que dedicam a esta actividade[117]. Nesta pesquisa, uma das preocupações era a questão do benefício das iniciativas em termos de género. Neste contexto, vale ressalvar algumas percepções dos entrevistados sobre a abrangência das iniciativas:

"Nós estamos aqui; tenho filhos; sou mãe sem marido e, assim, não consegui receber nada para produzir e dar de comer aos meus filhos"[118].

"Aqui em casa nós recebemos material para levar à machamba…; foi o meu marido a receber…; era o nome dele que estava indicado na lista"[119].

---

[113]. Governo de Moçambique. Decreto nº 7/2004 de 1 de Abril. Cria o Conselho Nacional para o Avanço da Mulher. Maputo.
[114]. Governo de Moçambique (2018). Política de Género e Estratégia de Implementação (PGEI). Maputo.
[115]. Entrevista, Quelimane aos 28.08.2023.
[116]. Entrevista, Quelimane aos 29.08.2023.
[117]. Entrevista, Quelimane aos 28.08.2023.
[118]. Entrevista, Mulela aos 18.08.2023.
[119]. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023.

"Pode existir a ideia de esses instrumentos serem atribuídos às mulheres; muitas vezes essa possibilidade é escassa…; os documentos que indicam a recepção e/ou propriedade dos mesmos geralmente são titulados em nome dos homens"[120].

"Mesmo sabendo que nós [mulheres] também trabalhamos na machamba, não recebemos enxadas que estavam a distribuir…; foram os homens que receberam e, como não tenho marido, não recebi nada"[121].

As constatações sobre as iniciativas na agricultura indicam que não se teve em consideração as discrepâncias de poder existentes dentro das comunidades e no seio do núcleo familiar; ou seja, nas famílias lideradas pelo homem, não foi a mulher que recebeu os insumos agrícolas, mas o próprio homem. O mesmo aconteceu com o programa de repovoamento animal, em que foram os homens que receberam os cabritos quando estes foram entregues aos beneficiários.

"Eu não recebi, nem material da machamba, nem cabrito… Na época falou-se que, primeiro, iam receber as casas [famílias] onde havia homem, para criar, depois nos dar a nós [mulheres chefe de família]" [122].

"Aqui procuramos [envolver] todas famílias, mas deve entender que não é fácil quando são as mulheres sozinhas; muitas vezes elas não aparecem [nos encontros] para vir participar"[123].

As famílias que beneficiaram das iniciativas alternativas foram aquelas cujo agregado familiar era liderado por um homem. Esta desigualdade de género foi também reconhecida por um entrevistado[124] quando sinaliza que havia ainda grandes desafios na promoção da participação efectiva das mulheres em muitas iniciativas locais para o desenvolvimento. As mulheres enfrentam enormes dificuldades e, portanto, têm poucas oportunidades de acesso aos benefícios.

As decisões sobre a partilha dos benefícios são tomadas nos CGRN e as mulheres quase não fazem parte[125]. Segundo a literatura, a participação das mulheres de forma igualitária com os homens na gestão dos recursos naturais da sua comunidade é benéfica para estas mulheres, porque são elas que mais dependem desses recursos para garantir a subsistência familiar (Agarwal, 1989). Esta autora refere-se à presença de mulheres em quase todas actividades tradicionalmente realizadas nesta área de conservação, incluindo a caça e a pesca (MITUR, 2010), sugerindo que homens e mulheres praticam as mesmas actividades. Porém, considerando a situação real na definição das estratégias de intervenção, e tendo em conta a mudança de comportamento que as teorias de conservação focalizam, não houve exercício de compatibilização entre oportunidades oferecidas pelos programas e os pontos fortes e fracos encontrados no conjunto das famílias nas comunidades

---

[120]. Entrevista, Quelimane aos 29.08.2023.
[121]. Entrevista, Nacururu aos 17.08.2023.
[122]. Entrevista, Malema aos 16.08.2023.
[123]. Entrevista, Malema aos 16.08.2023.
[124]. Entrevista, vila de Pebane aos 20.08.2023.
[125]. Entrevista, Quelimane aos 29.08.2023.

TRABALHO COMO FACTOR DE ESTABILIDADE LOCAL

Para alguns autores, as actividades previstas no Plano de Maneio do PNG, para além de trazerem para os indivíduos locais um sentimento de posse[126] e pertença que estimula a monitoria no âmbito da gestão, promovem a participação (McKean e Ostrom, 1995) e geração de benefícios financeiros para as populações locais através da contratação de mão-de-obra local (Alonzo et al, 2020). Outro aproveitamento da mão-de-obra local pode ser através de tarefas de manutenção e aproveitamento dos produtos florestais não-madeireiros. No caso do PNG, no passado, havia trabalho, nas minas e noutras empresas que operavam nos dois distritos. Mas, actualmente, com a crescente procura de emprego e a quase inexistente oferta local de mercado laboral, as percepções existentes nos povoados são de que:

"Os nossos filhos não têm trabalho lá [no PNG]; todos que lá trabalham são pessoas de fora das nossas aldeias…sei disso porque a maioria deles não falam a nossa língua… outros estão a aprender aqui nas nossas aldeias quando trabalham com as pessoas"[127].

"Sempre ouvimos que em outras zonas, quando há zonas protegidas ou aqueles Senhores que fazem turismo [empreendimentos turísticos], costumam dar trabalho aos jovens das famílias no respectivo povoado…aqui não está a acontecer isso, as pessoas que lá [no PNG] trabalham e recebem dinheiro são pessoas de fora"[128].

A questão de não-aproveitamento da mão-de-obra local, nomeadamente, para postos de fiscalização e outras tarefas não especializadas foi levantada muitas vezes pelas famílias, que entendem existir um certo distanciamento da administração do Parque a esse respeito[129]. Uma ONG, parceira nos trabalhos de conservação, havia contratado e treinado cerca de cem jovens locais que faziam a fiscalização, tendo reduzido significativamente a caça furtiva; mas com o fim do projecto, aqueles cessaram as actividades[130].

"Estes jovens estão em casa, sem trabalho, com seus fardamentos…, com o treino paramilitar que tiveram e na posse de fardamento que haviam recebido…nós pensamos que eles podem constituir algum risco para a segurança das pessoas nas aldeias, porque não tendo emprego, podem enveredar por outros caminhos"[131].

O não-uso da mão-de-obra local, e a aposta nos cidadãos de outros locais, pode ter alguma relação com o nível de escolaridade das pessoas. A maioria dos jovens, nestes povoados da zona tampão do PNG, são de escolaridade baixa, o que obrigaria a Administração do Parque um esforço adicional, nomeadamente, na sua educação, formação e treinamento[132]. Adiantando-se que não existem recursos para o efeito[133]. Como tal, recorre-se aos jovens com alguma literacia escolar e estes, geralmente, estão nas cidades[134]. Outro argumento para este não-uso da mão-de-obra local, tem sido no sentido de que as pessoas locais conhecem a localização dos recursos

---

[126]. Moçambique. Política de Terras. Lei nº 19/97, de 1 de Outubro.
[127]. Entrevista, Mulela aos 16.08.2023.
[128]. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023.
[129]. Entrevista, Malema aos 17.08.2023. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023.
[130]. Entrevista, Quelimane aos 20.11.2023.
[131]. Entrevista, Malema aos 16.08.2023.
[132]. Entrevista, Quelimane aos 20.11.2023.
[133]. Entrevista, Quelimane aos 21.11.2023.
[134]. Entrevista, Quelimane aos 20.11.2023.

e contornos de sua utilização, pelo que o emprego desta força de trabalho pode representar um risco para os objectivos de conservação[135].

Conflitualidade

A percepção sobre os benefícios das iniciativas originaram desavenças entre membros das comunidades, em geral, e membros dos CGRN; as relações de género, que se observaram no acesso aos recursos, e as desigualdades económicas também vão produzir e/ou reforçar as clivagens. Uma consequência do exposto anteriormente é o surgimento de alguma forma de tensão social relacionada com uso e aproveitamento dos recursos entre as autoridades do Parque e as famílias locais. Por exemplo, alguns entrevistados revelaram que não tinham benefícios com o processo de gestão do Parque[136] e que, por isso, era expectável continuarem com as suas actividades, algumas furtivas, e, como tal, conflituantes com os interesses do Parque[137].

Para esta pesquisa o conflito é definido como uma situação na qual um actor, que pode ser um indivíduo ou grupo de indivíduos, entende que o seu bem-estar está ameaçado pelo comportamento ou acção de outro actor, devido à suas diferentes percepções, emoções e interesses (De Pourcq et al., 2017; De Pourcq et al., 2015). Segundo estes autores, nesta abordagem o conflito é uma situação de dois actores na qual um actor actua para prejudicar outro actor.

"Nós, os nossos avós, sempre vivemos dos animais, das plantas e das terras aqui existentes… Esse trabalho [Área de Conservação] sempre existiu, desde o tempo colonial, mas não era assim. Hoje está mal, não temos nada, não temos como viver, nos tiram tudo que tentamos fazer"[138].

"Não existem contradições; o que acontece é alguma diferença de percepções, algo natural neste processo, principalmente de alguns membros das comunidades locais, sobre os objectivos e os fins últimos que se pretendem com as medidas de conservação adoptadas naquele Parque"[139].

Numa abordagem de gestão participativa, entende-se nesta pesquisa que, ao nível local, existem dois órgãos na estrutura de gestão do Parque: os CGRN (órgãos comunitários) e as comunidades locais, por um lado e, por outro, a Administração do parque. É preciso referir que estas entidades nem sempre são homogéneas e coerentes, segundo alguns autores (De Pourcq et al., 2017; De Pourcq et al., 2015; Carlsson e Berkes, 2005) e, portanto, os membros que as compõem têm diferentes percepções sobre a gestão desta área de conservação.

Por exemplo, primeiro, se por um lado, entende-se que foi imposta às famílias locais uma restrição de acesso a determinados recursos, mas que não foram fornecidas alternativas capazes de criar condições para o bem-estar dessas famílias[140]; por outro, frisa-se a importância do grande objectivo, que é a conservação da biodiversidade da região e que todos envolvidos deviam trabalhar nesse sentido[141]. Segundo, as opiniões de algumas famílias podem estar baseadas nas

---

[135]. Entrevista, Quelimane aos 21.11.2023.
[136]. Entrevista, Malema aos 17.08.2023. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023.
[137]. Entrevista, Quelimane aos 20.11.2023.
[138]. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023.
[139]. Entrevista, Quelimane aos 20.11.2023.
[140]. Entrevista, Quelimane aos 28.08.2023.
[141]. Entrevista, vila de Pebane aos 20.08.2023.

percepções que, individualmente, elas têm sobre que benefícios deviam ter e em que momento estes deviam estar presentes[142]; enquanto outras famílias, nas mesmas comunidades, entendem que os benefícios não são imediatos[143].

Por outro lado, ficou a percepção de que apenas o governo e outras entidades de fora têm o direito de uso comercial dos recursos naturais do Parque. A esta percepção de direitos de uso estão associadas situações de intimidação protagonizadas pelos fiscais sobre os membros das comunidades na posse de algum produto florestal ou faunístico. Segundo entrevistados.

"Já vimos brancos [turistas] a entrar no parque e a passarem durante alguns dias para ver os animais ou a ir para Pebane [vila]... Será que não pagam dinheiro? ... O governo tinha-nos informado que iriam receber [ter benefícios] com isso [actividade de turismo], mas, até hoje, não estamos a ver nada [benefícios]"[144].

"Somos proibidos de apanhar os pequenos produtos ou animais para consumir e pouco para vender e comprar comida...; onde somos encontrados com os fiscais, com algum produto, é um problema grande"[145].

"Efectivamente, se existe alguma actividade de turismo e caça desportiva no Parque de Gilé, não existem evidências de os resultados destas actividades estarem a beneficiar as comunidades abrangidas"[146].

Nas narrativas acima observa-se a relevância do tipo de gestão implantada nesta área de conservação nos conflitos. O problema com as iniciativas anunciadas nas comunidades é que as famílias querem benefícios no presente, não, no futuro[147]. Mesmo que algumas opiniões não traduzam realidades no terreno, elas sugerem a existência de conflito resultante de alguma restrição no acesso e uso dos recursos e da insuficiência na concretização dos benefícios anunciados pelas distintas entidades e esperados pelas famílias locais[148]. Portanto, pode-se indicar que existe uma causa-efeito para o surgimento de conflitos entre o que foi prometido pelas entidades e o que efectivamente (não) se concretizou nas comunidades.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa iniciou com a preocupação-objectivo de identificar e analisar os constrangimentos e estratégias locais de uso dos recursos naturais por parte das comunidades locais nas áreas de conservação, concretamente na zona tampão do Parque Nacional do Gilé. Especificamente, pretendeu: explicar como o sistema de gestão existente no PNG gera constrangimentos às actividades nas comunidades locais; descrever as actividades praticadas pelas famílias locais; e mostrar como parte dessas actividades e a forma de execução reflectem estratégias adoptadas

---

[142]. Entrevista, Malema aos 17.08.2023. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023.
[143]. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023. Entrevista, Malema 17.08.2023.
[144]. Entrevista, Malema aos 17.08.2023.
[145]. Entrevista, Naheche aos 25.08.2023.
[146]. Entrevista, Quelimane aos 21.11.2023.
[147]. Entrevista, Malema aos 17.08.2023.
[148]. Entrevista, Quelimane aos 21.11.2023.

pelas comunidades para ´minimizar os constrangimentos´ e beneficiar dos recursos aqui existentes.

Dados oficiais indicam que foram desenvolvidos instrumentos orientadores para apoiar a implementação dos processos de gestão do Parque Nacional do Gilé, mas, desta pesquisa retira-se a ilação de que esses instrumentos não foram aceites pelas partes implicadas, particularmente as famílias locais, e que o cumprimento por estas famílias das normas de gestão impostas nesta área de conservação é revelador da ineficácia dos instrumentos, uma vez que as famílias podem ser impelidas a aceitar, mesmo não concordando. Por outro lado, como resultado de uso de seus recursos por parte de outros autores, as famílias esperavam incentivos, nomeadamente *royalties* e outros, e na ausência destes incentivos, as famílias não mostram grande interesse em continuar comprometidas com a conservação.

Embora a questão humana esteja mencionada nos vários instrumentos, a actividade-chave para os órgãos de gestão é o estabelecimento de mecanismos para a conservação do ecossistema, minimizando as necessidades de desenvolvimento dos povoados locais. A análise da composição e funcionamento dos dois órgãos da estrutura de gestão na área de conservação do Gilé remete para uma situação em que os povoados são meros espectadores num processo de despossessão dos ´proprietários´ seculares dos recursos naturais-alvos da conservação.

A integração das comunidades no Conselho de Gestão, representadas por apenas três membros, que tem tarefas de supervisão, indica as intenções por detrás da conservação sem olhar, primeiramente, para as necessidades e interesses das pessoas locais. Três membros correspondem aos três postos administrativos abrangidos e, não, a uma proporcionalidade por localidade que, em casos específicos, compõem a unidade territorial referida acima, e, como tal, nota-se alguma imperfeição do órgão de gestão. Este défice de representatividade local nos órgãos da estrutura de gestão do PNG não é observado apenas no Conselho de Gestão, mas também, e talvez mais importante, no Comité de Supervisão.

A formação dos CGRN foi, muitas vezes, feita à luz dos interesses da Administração do Parque e parceiros, dificultando uma melhor representatividade dos interesses da maioria das famílias locais. Sem segurança dos direitos de posse e de acesso aos recursos naturais do Parque, e respectiva zona tampão, estas famílias consideram pouco relevante participar na sua conservação e, ao contrário, recorrem a estratégias, algumas delas consideradas ilegais por parte das entidades legais, para continuar a usar os recursos naturais do Parque.

Pese embora as mulheres serem as mais afectadas com os princípios de gestão dos recursos naturais, porque mais dependem destes recursos para sua subsistência familiar, elas quase não estão representadas nos CGRN. Nos CGRN onde existem mulheres, elas estão nas posições menos privilegiadas, pelo que dificilmente participam dos órgãos de decisão ao nível dessas organizações e sem possibilidades para participar das entidades mais acima. Isso tudo concorre para a sua exclusão de alguns benefícios que possam existir.

De igual modo, os dados da pesquisa indicam que a agricultura itinerante, a caça, a pesca, a extracção e o uso de recursos, e a produção pecuária de pequeno porte são actividades tradicionalmente praticadas. Esta pluriactividade permite uma complementaridade, por exemplo, da agricultura com o comércio informal, da agricultura com a caça, entre outras ligações.

Iniciativas, como agricultura de conservação e o repovoamento animal, anunciadas como substitutas de actividades tradicionais das famílias, quase não ocorreram e foram prematuramente descontinuadas. Os dados do estudo mostram que as perspectivas de ´modernizar´ e tornar as actividades, das famílias locais ambientalmente sustentáveis não se materializaram, como esperado, vingando a sua práctica nos moldes itinerantes e tradicionais, sendo que p seu exercício é visto como gerador de conflitos com a administração do Parque.

A baixa produtividade das actividades socioeconómicas não é compensada por uma possível disponibilidade de emprego local através do PNG. Ou seja, o PNG não faz uso da mão-de-obra local, priorizando a força de trabalho contratada noutras regiões do país. É factível que esta circunstância impulsiona o sentimento de repulsa que existe nas famílias da zona tampão relativamente à gestão da administração do Parque, associando-se ao que se pensa ser uma estratégia de lhes retirar o uso dos recursos tradicionalmente aproveitados localmente. Estes procedimentos do Parque podem contribuir para um clima de instabilidade, por exemplo, considerando as necessidades de despesas a que as famílias são obrigadas a satisfazer.

Por último, o estabelecimento do Parque Nacional de Gilé, como mecanismo de preservação da natureza, pode ajudar na conservação da biodiversidade desta região, mas também culmina em conflitos entre a administração do PNG e as famílias locais. Estes conflitos derivam de várias causas, como a restrição imposta às famílias no acesso aos recursos naturais da zona; o incumprimento nas promessas elencadas nos projectos socioeconómico propostos; a baixa representatividade dos membros das comunidades nas diferentes entidades que participam da gestão devido a processos selectivos não adequados; a imposição de objectivos de conservação que, em princípio, são considerados exógenos e não reflectem as necessidades da maioria das famílias locais; e o descontentamento das famílias que não receberam os incipientes apoios que existiram nas comunidades, nomeadamente na agricultura e na pecuária.

BIBLIOGRAFIA

Adams, J., & McShane, T. (1992). The Myth of Wild Africa: Conservation Without Illusion. London and New York, W. W. Norton.

Agarwal, B. (1999). "Necociación y relaciones de género: dentro y fuera de la unidad doméstica". Historia agraria nº 17, SEHA, pp. 13-58.

Agarwal, B. (1989). Rural women, poverty and natural resources: sustenance, sustainability and struggle for change. Economic and Political Weekly, vol. 24, nº 43, pp. 46-65.

Alonzo *et al* (2020). Guía de modalidades de conservación de la diversidad biológica fuera del ámbito de las áreas naturales protegidas. Lima, Ministerio del Ambiente.

Banco Mundial (2017). Direitos comunitários da terra, delimitação e gestão de recursos naturais baseados na comunidade em Moçambique: recomendações para uma agenda integrada. Maputo.

Banco Mundial (2016). Gestão de recursos naturais baseados na comunidade: fortalecimento de abordagens actuais em Moçambique. Maputo.

Barrance, A., Schreckenberg, K. e Gordon, J. (2009). Conservación mediante el uso: lecciones aprendidas en el bosque seco tropical mesoamericano. Overseas Development Institute. London.

Berkes, F. (1986a). Marine inshore fishery management in Turkey. National Research Council, Proceeding of the Conference on Common Property Resource Management, National Academy Press, Washington, D.C., pp. 63-83.

Berkes, F. (1986b). Local-level management and the commons problem: A comparative study of Turkish coastal fisheries. Marine policy 10: 215-229.

Bruna, N. (2022). Variações do extractivismo em Moçambique: um mundo inteligente ao clima e a emergência do extractivismo verde. Observador Rural nº 128.

Carlsson, L., e Berkes, F. (2005). Co-management: concepts and methodological implications. Journal of Environmental Management nº 75, pp. 65-76. DOI:10.1016/j.jenvman.2004.11.008

Colchester, M. (2000). "Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas". Em Diegues, A. (org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo, UCITEC, pp. 225-256.

Corbera, E. (2012). Problematizing REDD+ as an experiment in payments for ecosystem services. Current Opinion in Environmental Sustainability, 4(6), pp.612–619.

Costa, P. (2002). Unidades de Conservação: Matéria-prima do Ecoturismo. São Paulo: Aleph.

Dahl, C. (1987). Traditional Marine Tenure Systems in Micronesia: Implications for artesanal fisheries manangement. Em Proceedings. International Conference on Fisheries. Quebec, University of Quebec at Rimouski.

De Pourcq, K., Thomas, E., Van Damme, P. & Léon-Sicard, T. (2017). Análisis de los conflictos entre comunidades locales y autoridades de conservación en Colombia. Causas y recomendaciones. Gestión y Ambiente 20(1), pp. 122-139.

De Pourcq, K., Thomas, E., Arts, B., Vranckx, A., Léon-Sicard, T. & Van Damme, P. (2015). Conflict in protected areas: who says co-management does not work? PloS ONE 10, e0144943. DOI: 10.1371/journal.

DIEGUES, A. (2003). Sociedades e comunidades sustentáveis. São Paulo: NUPAUB/USP, 2003. Em https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/comsust.pdf. Acedido aos 08.10.2023.

Diegues, A. (1996). Mito moderno da natureza intocada. São Paulo: HUCITEC.

Edirisinghe, U. (2003). Sustainable aquatic resources management in the 21st century: Some important issues. Tropical Agricultural Research and Extension, 6:122-127.

Fisher, R.; R.J. Fisher, Maginnis, S.; Jackson, W.; Barrow, E. & Jeanrenaud, S. (2005). Poverty and Conservation: Landscapes, People and Power. IUCN, Gland, Switzerland & Cambridge, United Kingdom.

Flick, U. (2007). *Introducción a la investigación cualitativa* (2da. Ed). Morata; Fundación Paideia.

Gavin, M. *et al* (2009). Measuring and Monitoring Illegal Use of Natural Resources. Journal of Conservation Biology. 24(1):89-100.

Gadgil, M. e Iyer, P. 1989. On the diversification of common property resource use by indian society. In Berks, F. (ed.). Common Property Resources. London, Belhaven, pp. 22-32.

Gaston, K., Jackson, S., Cantú-Salazar, L. e Cruz-Piñón, G. (2009). The Ecological Performance of Protected Areas. Em http://arjournals.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/. Acedido aos 20.11.2022.

Gibbs, C. e Bromley, D. W. (1989). Institution arrangements for management of rural resources: common-property regimes. Em Berkes, F. (ed.). *Common Property Resources*. London, Belhaven Press.

Glaser, B. e Strauss, A. (1967). The discovery of grounded theory. Chicago, Aldine Press.

Hansen, A. & Rotella, J. (2002). Biophysical factors, land use, and species viability in and around nature reserves. Conservation Biology, 16(4):1112-1122.

Hendrickx, S., Maute, F. e Cunhete, D. (2015). Caracterização dos sistemas de produção e comercialização das carnes vermelhas no sector familiar nos corredores de Maputo e Limpopo em Moçambique: Resultados do Estudo de Base. Maputo.

Hobley, M. (2007). Where in the World is there Pro-poor Forestry Policy and Tenure Reform? Rights and Resources Initiative. Washington DC.

Hoodhouse, E. *et al* (2018). Social impacts of protected areas: exploring evidence of trade-offs and synergies. University College London.

Instituto Nacional de Estatísticas (2021). Inquérito sobre Orçamento Familiar – IOF 2019/20. Relatório Final. Maputo, INE.

Jodha, N. (1987). A case study of degradation of common property in India. In: Blaikie, P. e Brookfield, H. (eds). Land Degradation and Society. London, Methuen, pp. 196-207.

Lloyd, W. (1968). Lectures of population, value. Poor-laws and rent. Delivered in the University of Oxford during the years 1832, 1833, 1834, 1835 and 1836. New York, reprints of economic classics, Kelley.

McCay, B. (1980). A fishermens cooperative, limited: indigenous resource management in a complex society. Antropological Quarterly 53: 29-38.

McCay, B. e Acheson, J. (eds.) 1987. The question of the commons. The culture and ecology of communal resources. Tucson, University of Arizona Press.

McCosker, H., Barnard, A., e Gerber, R. (2001). Undertaking sensitive research: issues and strategies for meeting the safety needs of all participants. Forum: Qualitative Social Research, 2(1), 22. https://doi.org/10.17169/FQS-2.1.983de. Acessado aos 10.12.2022.

McKean, M. e Ostrom, E. (1995). Common property regimes in the forest: just a relic from the past? Unalylva, 180(46): 3-15.

Mendel, L. e Kirkpatrick, J, (2002). Historical progress of biodiversity conservation in the protected-Area system of Tasmania, Australia. Conservation Biology, 16(6): 1520-1529.

Miller, K. (1997). "Evolução do conceito de áreas de proteção – oportunidades para o século XXI". Em Anais do I Congresso Brasileiro de unidades de Conservação. Curitiba: IAP – Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, Vol 1, pp. 3-21.

Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (2015). Estratégia e plano de acção para a conservação da biodiversidade biológica em Moçambique. Maputo, MITADER.

Ministério do Turismo (2010). Direcção Nacional das Áreas de Conservação. Plano de Maneio da Reserva Nacional do Gilé para o período 2012-2021. Maputo, MITUR.

Mojo, D. *et al* (2020). Effects of protected areas on welfare of local households: The case of Maasai Mara National Reserve in Kenya. People and Nature; 2:856–867.

Monroy, V. (2013). El sistema de distribución de agua en el Santo Desierto de los Leones. Boletín de Monumentos Históricos. Tercera Época, nº 27, Enero-Abril.

Myers, N., Mittermeier, R., Mittermeier, C., Fonseca, G. & Kent, J. (2000). Biodiversity hotspots for conservation priorities. Nature, 403: 853-858.

Nazerali, S. e Souquet, M. (2017). "Reducing deforestation and degradation in the Miombo forests of the National Reserve of Gilé and its periphery" pilot project. Final Evaluation Report.

Negrão, J. (1996) A participação das comunidades na gestão dos recursos naturais. Em: PROJECTO COMRES GTA/MICOA. A participação das comunidades na gestão dos recursos naturais. Relatório final. Maputo, pp. 5-21.

Neuman, W. (2009) Social Research Methods: Qualitative and Quantitative Approaches. 7th Edition, Pearson Education, Chandler.

Nussbaum, M. (2012). Crear capacidades: propuesta para el desarrollo. Barcelona, Paidos.

Nussbaum, M. (2002). Las mujeres y el desarrollo humano. Barcelona, Editorial Helder S.A.

Ntumi, C., Nhambe, C. e Pires, S. (2018). Projecto "Conservação de Recursos Naturais na Reserva Nacional de Gilé e suas Áreas Periféricas por meio do Fortalecimento das Actividades Económicas e Produtivas das Comunidades Rurais" (AID010164/COSV/MOZ). Avaliação de Desempenho do Projecto.

Olawuyi, E. (2019). Illegal activities in Ago-Owu Forest Reserve in Osun State and its implication on sustainable forest management. Journal of Research in Forestry, Wildlife & Environment Vol. 11(3).

Olindo, P. (1991) "The old man of nature tourism: Kenya". Em: Whelan, T. (Org). Nature Tourism: management for the environment. Washington: Island Press, pp. 23-38.

Ostrom, E. (2000). El gobierno de los bienes comunes: La evolución de las instituciones de acción colectiva. México, Fondo de Cultura Económica.

Ostrom, E. (1987). Institutional arrangements for resolving the commons dilemmas: some contending approaches. In: McCay, B. J. e Acheson, J. M. (eds.). The Question of the commons. Tucson, University of Arizona Press, pp. 250-265.

Patton, Q. (1990). Qualitative research & Evaluation methods. California, New Delhi & London: Sage Publications.

Pimbert, M. e Pretty, J. (2000). Parques, comunidades e profissionais: incluindo "participação" no manejo de áreas protegias. Em Diegues, A. (org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo, UCITEC, pp. 183-223.

Primack, R., Rozzi, R. e Feinsinger, P. (2001). "Establecimiento de Áreas Protegidas". Em Primack *et al.* (ed.) Fundamentos de Conservación Biológica. Fondo de Cultura Económica. México D. F., pp. 449-476

Quiñones, P., Cantera, L., e Ojeda, C. (2013). "La violencia relacional en contextos laborales que trabajan contra la violencia". Em Cantera, L., Pallarès, S. e Selva, C. (Eds.), Del malestar al bienestar laboral. Barcelona: Amentia, pp. 77-105.

Rentala (2022). Grande riqueza, poucos beneficiários: percepções locais da gestão dos recursos naturais em Moçambique. Relatório de pesquisa. Maputo, IESE.

Repetto, R. 1986. World enough and time. New Haven, Yale University Press.

Runte, A. (1997). National parks: the american experience. 3.ed. University of Nebrasca

Sachs, J. (2017). A era do desenvolvimento sustentável. Lisboa, Actual Editora.

Sachs, J. (2009). Common Wealth. Um novo modelo para a economia mundial. Alfragide, Casa das letras.

Sampieri, H., Collado, C. e Lucio, M. (2014). Metodología de investigación. México, McGraw Hill, 6ª Edición.

Saut, R., Boniolo, P., Dalle, P. e Elbert, R. (2005). Manual de metodologías: construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología. Buenos Aires, CLASCO, 1ª Edición.

Sen, A. (2003). O desenvolvimento como liberdade. Lisboa, Gradiva.

Scott, A. (1955). The fishery: the objectives of sole ownership. Journal of Political Economy nº 63, pp. 116-124.

Scudder, T. e Conelly, T (1985). Management systems for riverine fisheries. FAO fisheries technical paper, 263, Roma.

Seidman, I. (2013). Interviewing as qualitative research. A guide for researchers in education and the social sciences. New York, Teachers College Press.

Sellars, R. (1997). Preserving nature in the national parks – a history. Michigan: Yale University Press.

Soulé, M. (1991). Conservation: tactics for a constant crisis. Science, 253: 744-750.

Stonich, S. (1991). The promotion of non-traditional exports in Honduras: issues of equity, environment, and natural resources management. Development and change, 22, 725-755.

Talbot, L. (1986). Rangeland destruction in East Africa. Population and Development 12, pp. 441-452.

Wells, M. e Brandon, K. (1992). People and Parks: Linking Protected Area Management with Local Communities. World Bank/WWF/USAID, Washington, DC.

LISTA DOS ÚLTIMOS 20 TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL*			
Nº	**Título**	**Autor(es)**	**Ano**
161	Dominação, colaboração e conflito na história do extractivismo de Cabo Delgado	João Mosca e Aslak Orre	Novembro de 2025
160	Sistemas de produção e de subsistência para a promoção da segurança alimentar, alívio da pobreza e conservação da biodiversidade ao longo do estuário do rio Limpopo	Nehemias Lasse, Máriam Abbas e Arsénio Jorge	Novembro de 2025
159	Implicações da importação de arroz na produção orizícola no delta do Zambeze	Nelson Capaina	Outubro de 2025
158	Melhorar a agro-ecologia urbana: medindo o nível de transição agroecológica dos pequenos agricultores em Maputo, Moçambique	Andrea Santopaolo Junho de 2025 e Alberto Manuel Luís	Setembro de 2025
157	Intrusão Salina no Regadio do Baixo Limpopo: Vulnerabilidade e Opções de Adaptação da Agricultura Familiar	Nehemias Lasse	Junho de 2025
156	Niassa: de terra esquecida à hospedeira de corrida predadora e silenciosa aos recursos naturais	Natacha Bruna e Alberto Tovele	Maio de 2025
155	Desenvolvimento rural territorial – O caso do distrito de Cuamba	Nelson Capaina	Abril de 2025
154	Mozambique's Decentralisation Debate	Brian Noris	Março de 2025
153	Análise do impacto dos factores de adopção de semente certificada: casos do milho (Sussundenga) e do arroz (Chokwé)	Yara Nova e Ronaldo Teixeira	Fevereiro de 2025
152	Multidisciplinaridade das causas e dos conflitos. O caso de Moçambique	João Mosca	Dezembro de 2024
151	As novas fronteiras do carvão em moatize: conflitualidades e crise de reprodução social entre as famílias "camponesas"	Alberto Tovele	Dezembro de 2024
150	Experiências de violência em cabo delgado: o passado e o presente de mulheres afectadas pelo conflito armado	João Feijó e Neuza Balane	Novembro de 2024
149	A integração socioeconómica das mulheres deslocadas internamente devido ao conflito em Pemba, Cabo Delgado	Daniel Missell	Outubro de 2024
148	Factores determinantes de preços de produtos alimentares na cidade de Maputo	Rabia Aiuba	Setembro de 2024
147	O conceito de camponês e a realidade de Moçambique numa perspectiva de longa duração	João Mosca	Agosto de 2024
146	Avaliação do impacto do desmatamento e degradação floresta nos meios de subsistência das famílias rurais da província do Niassa, norte de Moçambique	Aires Afonso Mbanze e Cremildo Ribas Dias	Julho de 2024
145	Uma fraude chamada ensino primário público? Reprodução de diferentes níveis da cidadania e comprometimento de um projecto de unidade nacional	João Feijó e Neuza Balane	Junho de 2024
144	Moçambique mais subdesenvolvido um revisitar teórico sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento	João Mosca	Maio de 2024
143	Configuração da estrutura económica de Moçambique Numa perspectiva de longa duração	João Mosca	Abril de 2024
142	Bases para a elaboração de um índice de dependência externa. Exemplo de Moçambique	João Mosca, Yara Nova e Rabia Aiuba	Março de 2024

*Para acessar aos restantes textos da série Observador Rural, visite a nossa página web pelo link: https://omrmz.org/observador-rural

O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:

EMBAIXADA DA NORUEGA

Suécia
Sverige

Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar
Maputo – Moçambique
www.omrmz.org